



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE  
POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA**

**ANAKELLI GONÇALVES DE CARVALHO**

Foz do Iguaçu  
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE  
POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA**

**ANAKELLI GONÇALVES DE CARVALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório.

Foz do Iguaçu  
2019

ANAKELLI GONÇALVES DE CARVALHO

**A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE  
POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório  
UNILA

---

Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita  
UNILA

---

Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer minha família, especialmente, à minha mãe e aos meus irmãos Ronan, Ana Clara e Rafael. São pessoas que significam para mim força, amor e esperança.

Deixo a minha profunda admiração e gratidão à minha professora orientadora Karen Honório, pelo carinho em sua leitura atenciosa e acolhedora, pelos diálogos que me despertavam a curiosidade em saber mais, por se mostrar disponível para apresentar a UNILA fora dos muros da Universidade e por todo o companheirismo que estabelecemos durante o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço aos professores Mamadou Alpha Diallo e Lucas Ribeiro Mesquita por comporem a banca avaliadora dessa tese e por terem enriquecido o diálogo que fui construindo ao longo da minha formação acadêmica na UNILA.

Para além da academia, eu gostaria de expressar o meu carinho e gratidão aos meus amigxs, Josiane Ferreira, Gabriela Dumbrovsky, Gustavo Frisso, Ângela Rodrigues e, especialmente, à Ana Augusta, uma pessoa que teve um papel muito importante ao compartilhar comigo essa jornada, chamada vida, que ao mesmo tempo nos desafia e convida a sermos melhores.

Por fim, agradeço a oportunidade de ter vivido esses quatro anos de complexidade, questionamento, felicidade e tristeza, sentimentos profundos que senti em um espaço tão diverso que pude encontrar na UNILA. Muito obrigada. ¡ Muchas gracias!

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres”*

**Rosa Luxemburgo**

CARVALHO, Anakelli Gonçalves de. **A Diplomacia Cultural Brasileira como Instrumento de Política Externa nos Governos Lula da Silva**. 2019. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

## **RESUMO**

O objetivo desse trabalho é compreender a utilização da diplomacia cultural como instrumento da política externa brasileira. O recorte temporal abrange os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Aborda-se o desenvolvimento da projeção do Brasil internacionalmente no período, destacando a diplomacia cultural como ferramenta que permitiu a construção de uma identidade positiva do Brasil no cenário internacional. Por fim, realizou-se uma análise de como a diplomacia cultural contribuiu para o alcance dos objetivos da política externa econômica do Brasil no período.

**Palavras-chave:** Diplomacia Cultural. Política Externa Brasileira. Economia.

CARVALHO, Anakelli Gonçalves de. **The Brazilian Culture Diplomacy as a Tool for Foreign Policy in the Government of Lula da Silva.** 2019. 117 p. Final Paper (International Relations and Integration Course) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

### **ABSTRACT**

The aim of this paper is to understand the use of cultural diplomacy as an instrument of Brazilian foreign policy. The temporal clipping covers the governments of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). The development of the international projection in Brazil is approached highlighting a cultural diplomacy as a tool that allowed the construction of a positive identity of Brazil in the international scenario. Finally, it analyzes how diplomacy contributes culturally to achieving the objectives of Brazil's foreign economic policy in the period.

**Keywords:** Cultural Diplomacy. Brazilian foreign policy. Economy.



CARVALHO, Anakelli Gonçalves de. **La Diplomacia Cultural como Herramienta de la Política Exterior Brasileña en los Gobiernos Lula da Silva**. 2019. 117 p. Tesis de Conclusión de Curso (Grado em Relaciones Internacionales e Integración) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMÉN

El objetivo de este trabajo es comprender el uso de la diplomacia cultural como instrumento de la política externa brasileña. El marco temporal abarca los gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Se aborda el desarrollo de la proyección internacional de Brasil en el período, destacando la diplomacia cultural como una herramienta que permitió la construcción de una identidad positiva de Brasil en el escenario internacional. Finalmente, se hizo un análisis de como la diplomacia cultural contribuyó al logro de los objetivos de la política económica exterior de Brasil en el período.

**Palabras clave:** Diplomacia cultural. Política externa brasileña. Economía

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Origem do Diplomatas Brasileiros .....	51
<b>Gráfico 2</b> – Brasil: Visitas Internacionais.....	70

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Eventos Internacionais nos Governos Lula .....	55
<b>Quadro 2</b> – Serviços Diplomáticos nos Governos Lula.....	65
<b>Quadro 3</b> – Acordos, Cooperações e Parcerias Internacionais nos Governos Lula .....	71
<b>Quadro 4</b> – Missões e Ajuda Humanitária nos Governos Lula .....	86
<b>Quadro 5</b> – Prêmios Internacionais nos Governos Lula .....	89
<b>Quadro 6</b> – O Legado de Megaeventos Esportivos .....	100

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Impactos em el empleo Rio 2016.....	98
<b>Tabela 2</b> – Impacto turístico Rio 2016 .....	98
<b>Tabela 3</b> – Exportação e Importação Brasileira nos Governos Lula (2003-2010) .....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Análise de Política Externa
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAMC	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais
DAV	Divisão de Promoção do Audiovisual
DCE	Divisão de Temas Educacionais
DODC	Divisão de Operações de Difusão Cultural
DPLP	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa
G-20	Grupo dos 20, G20 Financeiro
IBAS	Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINC	Ministério da Cultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 IDEIAS E POLÍTICA EXTERNA: VISÕES E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>16</b>
2.1 O NEXO ENTRE IDEIAS E PODER NA POLÍTICA EXTERNA .....	22
2.2 O PAPEL DA CULTURA NA POLÍTICA EXTERNA E A UTILIZAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURAL.....	27
2.2.1 O Conceito de Cultura.....	27
2.3 O CONCEITO DE DIPLOMACIA CULTURAL.....	29
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	35
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURAL NOS GOVERNOS LULA..</b>	<b>37</b>
3.1 A POLÍTICA EXTERNA DO PRESIDENTE LULA.....	37
3.2 A DIPLOMACIA CULTURAL DOS GOVERNOS LULA.....	45
3.3. A DIPLOMACIA CULTURAL NA PRÁTICA: ATORES E AGENDAS .....	48
3.3.1 O MRE e o Papel da Abertura de Embaixada na Política Externa .....	48
3.3.2 O Diplomata e seu Papel na Formulação do Imaginário Internacional do Brasil..	50
3.4 AGENDA DOS GOVERNOS LULA NA DIPLOMACIA CULTURAL .....	53
3.4.1 Eventos Culturais e Confraternizações.....	53
3.4.2 Serviços Diplomáticos, Viagens e Regulamentação de Vistos .....	64
3.4.3 Acordos, Cooperações e Parcerias Internacionais .....	70
3.4.4 Missões e Ajuda Humanitária .....	85
3.4.5 Prêmios Internacionais .....	89
3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	90
<b>4 ECONOMIA DO BRASIL NOS GOVERNOS LULA .....</b>	<b>96</b>
4.1 CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DOS EVENTOS INTERNACIONAIS .....	96
4.2 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM AGRUPAMENTOS ECONÔMICOS (BRICS) .....	101
4.3 PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL EM ÂMBITO CONTINENTAL .....	102
4.3.1 Economia entre Brasil e Argentina .....	104
4.3.2 Economia entre Brasil e África.....	105
4.3.3 Economia entre Brasil e Ásia.....	106
4.3.4 Economia entre Brasil e União Europeia .....	107
4.3.5 Economia entre Brasil e Oriente Médio .....	107
4.3.6 Economia entre Brasil e Oceania .....	108
4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	109
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A capacidade de organização dos Estados vem se tornando, ao longo do século XIX, mais *soft* e estratégica de acordo com os interesses que estão em jogo, buscando sempre ampliar seu poder de barganha. Diante disso, a cultura é um mecanismo que pode unir ou distanciar nações.

Ao projetar a cultura ao cenário internacional, mesmo que ela não constitua um fenômeno contemporâneo, percebe-se que o Estado pode a utilizar como mecanismo de política externa, cujo qual tem a função primordial de aproximação internacional entre as nações. Contudo, a projeção cultural não se restringe à auxiliar somente questões culturais, pois essa forma singular de aproximação cultural entre as nações abre espaço para a execução de outras áreas de política externa.

Diante do cenário contemporâneo, pretende-se analisar como a diplomacia cultural pode ser utilizada como mecanismo de política externa. Logo, o presente trabalho, ateu-se a um recorte temporal que abrange os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). Sobretudo no que tange a sua Diplomacia Cultural, que pode ser encontrada no Ministério das Relações Exteriores, especificamente dentro do Departamento Cultural do Itamaraty, no qual analisaremos sua aplicabilidade no decorrer da pesquisa.

A Diplomacia Cultural tem como objetivo a aproximação entre os povos e tal fato contribui para uma qualidade das negociações entre Estados, visto que, estimula os diálogos políticos, culturais, sociais e econômicos, pois fomenta o entendimento mútuo, podendo criar confiança, interesse e respeito entre as nações.

Partiremos com a indagação sobre de quais maneiras as estratégias de difusão cultural brasileira podem construir uma imagem de confiança e barganha para o Brasil frente ao cenário internacional. Uma possível hipótese para tal questionamento, baseia-se que o Brasil adotou estratégias de difusão cultural ao realizar eventos internacionais, em suas embaixadas, Ministério das Relações exteriores e em viagens internacionais. Tais ações acarretaram em uma construção da identidade brasileira mais amigável e confiável que impactaram positivamente os objetivos da política externa no período.

Para cumprir tal objetivo além desta introdução e uma conclusão, o trabalho está dividido em 3 capítulos. No capítulo 2 aborda-se a relação que há entre as ideias e política externa diante de suas visões e perspectivas. Além disso, pretende-se analisar o papel da cultura como um mecanismo de atuação política. No capítulo 3, aborda-se como se desenvolveu a caracterização da diplomacia cultural nos governos Lula. Logo, para uma

melhor compreensão, fez-se necessário um detalhamento da agenda de política exterior do período de acordo com os encontrados no Ministério das Relações exteriores (MRE).

Por fim, o capítulo 4 tem o objetivo de analisar o âmbito econômico do Brasil nos governos Lula, visto que a contribuição financeira de um país está interligada com a escolha de atuação política. Logo, no caso brasileiro a projeção internacional de uma imagem positiva, possibilitou ao país uma ampla abertura comercial no cenário internacional.



## 2 IDEIAS E POLÍTICA EXTERNA: VISÕES E PERSPECTIVAS

O presente trabalho tem a intenção de discutir a relevância da estratégia que o Estado tem ao utilizar os elementos ideacionais dentro do campo de atuação da política externa. O argumento central é a aplicabilidade da diplomacia cultural como mecanismo de política externa.

Analistas de política externa constataram que fatores indenitários e socioculturais fazem parte da construção do perfil internacional de um Estado, são pontos determinantes para a manutenção e elaboração de políticas internacionais.

É evidente que dentro do conceito de cultura há forte componente de subjetividade e isso se torna complexo para a explicação de sua ligação com as relações internacionais. Contudo, tal fato não pode ser visto como um impedimento, mas, positivamente como servindo de estímulo para sua compreensão, visto que o debate entre diplomacia cultural e política externa pode ampliar as visões e perspectivas sobre um mesmo acontecimento, o que deixa claro a importância desse tema nas análises internacionais. Desta forma, iremos abrir essa sessão para diferentes visões e perspectivas teóricas que se relacionam com o debate acerca do papel dos fatores ideacionais para a compreensão da política externa.

As teorias das relações internacionais trazem diferentes visões sobre os motivos que explicam as ações dos Estados no cenário internacional. Os autores realistas têm em geral duas diretrizes orientadoras da política externa: o poder e o conflito. Hans Morgenthau (2003), em sua obra *A política entre as Nações*, apresenta que as relações entre as nações foram definidas em termos de poder. Nota-se que os interesses estatais têm como objetivo maximizar o poder dos Estados, dentro de um aspecto não fixo e nem permanente:

O Realismo parte do princípio de que o conceito chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar (MORGENTHAU, 2003, p. 16-17).

Morgenthau, além de afirmar que há um objetivo universalmente válido para a teoria realista, argumenta que a análise deve ser voltada mais ao âmbito da natureza humana de guerra e paz baseadas em ações racionais, colocando pouco peso à influência dos fatores ideacionais na política externa pressupondo a existência de certa neutralidade racional.

O conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política, tornando possível, desse modo, o entendimento teórico da política. [...] Uma teoria realista da política internacional evitará, portanto, duas falácias populares: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas (MORGENTHAU, 2003, p. 7).

Ao mesmo tempo em que o autor acreditava na racionalidade do interesse do indivíduo, descartava o caráter irracional da natureza humana. Com base na contribuição de Thomas Hobbes (1997), em *O Leviatã*, Morgenthau considerava a maldade um componente necessário da política. Segundo o autor, o desejo pelo poder é da natureza humana e se constitui como uma característica de irracionalidade.

Neste sentido, o realismo estrutural ou Neorealismo de Kenneth Waltz, apresenta a ideia de maximização do poder tendo em conta o posicionamento de um Estado na estrutura do cenário anárquico internacional, trazendo o conceito de balança de poder. Conforme Corrêa:

Embora outros renomados autores, como Morgenthau e Aron, tenham teorizado a balança de poder nas Relações Internacionais, pela a teoria de balança de poder de Waltz sustentar que o destino de cada Estado no sistema internacional depende das suas respostas às ações dos outros Estados e ter defendido que, quanto maior é a participação do Estado na distribuição das capacidades no sistema internacional menores serão as possibilidades de ele ser constrangido, acredita-se ser a que mais bem explica o emprego da força e a disposição expansionista e/ou hegemônica dos Estados no sistema internacional (CORRÊA, 2016, p. 48).

Diante dessa análise dos autores realistas e neorealistas, nota-se que o papel da diplomacia seria mais voltado ao objetivo de manter a segurança e a busca pelo poder no sistema internacional, com uma aparente neutralidade racional diante das influências ideológicas. Tendo em conta que a perspectiva realista/ neorrealista é *mainstream* no campo das Relações Internacionais, cabe pontuar que a mesma culmina em uma visão parcial da política externa, ao ocultar a relevância de outros instrumentos estratégicos diplomáticos, por exemplo, diplomacia cultural, relegando- a para uma análise subalterna, omitindo a sua atuação estratégica na projeção de um país internacionalmente.

Ainda dentro das perspectivas que valorizam o aspecto de manutenção da segurança Estatal como objetivo central da ação externa do Estado, no entanto, a partir da importância dos fatores ideacionais como elemento constitutivo é a Teoria de Securitização, de Barry Buzan. A securitização pode ser vista, dentro da visão construtivista e do realismo político

clássico das Relações Internacionais, como um conceito que parte do princípio da construção social de uma possível ameaça. Esta dita por várias vezes, pode-se materializar como verdade no imaginário constitutivo do discurso político. Portanto, apontando como solução o aumento da segurança e da distribuição de poder militar.

A Escola [de Copenhague] considera que as ameaças à segurança são socialmente construídas, enquanto os tradicionalistas vinculam o estudo da segurança à existência de ameaças objetivas. A securitização e os critérios de securitização, segundo o grupo de Copenhague, são práticas intersubjetivas, por meio das quais um agente securitizador procura estabelecer socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade (BUZAN et al., 1998, p. 29-31, apud DUQUE, 2008, p. 37).

O discurso de segurança nacional, segundo Jesus (2009), é crucial para compreendermos os impactos que este tem dentro da estruturação das identidades estatais e de suas estruturas normativas, visto que os autores também planejam interesses de segurança nacional e as políticas externas dos Estados. Logo as configurações da identidade Estatal impactam nas estruturas normativas interestatais, como os regimes ou as comunidades de segurança. Diante disso, as políticas externas que foram aplicadas também reproduzem e reconstroem a estrutura cultural e institucional.

Outro autor que analisou o discurso de segurança e da construção de um ambiente de rivalidade entre Estados, a partir de um enquadramento que dá destaque ao papel das ideias foi Samuel Huntington (1997). Este afirma que a história da humanidade encontra-se em um “choque de civilizações” com um fim longe de ser alcançado.

Huntington, ao se basear em conhecimentos históricos, sociais e políticos, aponta que a humanidade pode ser dividida em nove civilizações: Civilização sínica ou chinesa; Civilização nipônica ou japonesa; Civilização hindu; Civilização budista; Civilização islâmica, muçulmana ou árabe; Civilização ocidental; Civilização latino-americana; Civilização ortodoxa; Civilização subsaariana.

Diante disso, o autor defende que os conflitos no pós Guerra Fria se darão por conta dos embates dentro dos princípios, valores, tradições e ideias dessas civilizações. “A rivalidade das superpotências é submetida pelo choque de civilizações” (HUNTINGTON, 1997, p. 21). Por outro lado, os Estados de valores culturais afins tenderiam a cooperar na defesa dos seus interesses. Não obstante, as diferentes percepções de mundo, criou um espaço para uma dicotomia que foi estruturada entre Nós x Eles.

Dois Mundos: Nós e Eles. Enquanto as expectativas de um mundo único aparecem ao final de grandes conflitos, a tendência para pensar em termos de dois mundos se repete através da história da Humanidade. As pessoas ficam sempre tentadas a dividir as pessoas em nós e eles, o grupo que está na onda e outro, nossa civilização e aqueles bárbaros (HUNTINGTON, 1997, p. 33).

Ao aprofundar a análise de construção social, indo do nível do indivíduo (nível local) para a atuação do Estado (nível global). Deve-se considerar que o Estado é governado por humanos que têm paixões e que podem ser socialmente construídas. Estas culminam na elaboração da própria visão de mundo que cada sociedade compartilha. Segundo Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*:

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Quem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmo ou serem duplos. Entre expulsarem ou não ao opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo (FREIRE, 1987, p. 7).

Ao levarmos essa análise de Freire para o sistema internacional, nota-se que é criado um ciclo vicioso, onde um Estado opressor, geralmente considerado o mais “desenvolvido”, é guiado por seu princípio de autoproteção, irá oprimir outro Estado, o considerado “subdesenvolvido” e este oprimido, por sua vez, irá buscar seguir o caminho de seu opressor, para um dia deixar de ser um Estado oprimido para se transformar em um Estado opressor e assim o ciclo nunca se quebra.

No âmbito das capacidades dos Estados, a política externa pode ser mais complexa, permeando o nível de capacidades econômicas, sociais, percepções e ideias. Tais fatores podem ser utilizados como norteadores para as tomadas de decisões.

As perspectivas realistas são primordialmente materialistas, embora realistas clássicos como Morgenthau (1986) considerassem que o poder pode ter objetivos não materiais como o prestígio, e realistas como Wohlforth (1995) argumentaram que o impacto da distribuição de capacidades sobre a política externa é indireto e complexo, pois as capacidades sistêmicas devem ser traduzidas por meio de variáveis intervenientes no nível da unidade, como as ideias e as percepções dos formuladores de decisões sobre as capacidades dos atores envolvidos (ROSE, 1998, apud JESUS, 2009, p. 510).

Considerando a Teoria Marxista, de análise teórica e econômica, destaca-se a proposta de Immanuel Wallerstein, este construiu a ideia sobre *O Sistema Mundial Moderno, vol. I, II e III*, partindo da percepção da divisão internacional do trabalho produzida pela estrutura capitalista como ordenadora das estruturas de poder no sistema internacional. Diante disso, o autor elabora a tese central de sua obra, de que a estrutura internacional resulta na divisão do mundo em três estamentos hierárquicos: centro, periferia e semiperiferia (SARFATI, 2005, p. 140).

Seguindo esse viés de análise sobre as relações de hierarquias e ideias que se predominam no cenário internacional. Torna-se necessário a compreensão do conceito de hegemonia. Nota-se que Antônio Gramsci foi um especialista que se debruçou na compreensão desse conceito. De acordo com Cox (1983), as ideias de Gramsci sempre estiveram interligadas ao seu próprio contexto histórico. Além disso, ele constantemente ajustava seus conceitos às circunstâncias históricas específicas.

As ideias têm de ser compreendidas em relação às circunstâncias materiais, as quais incluem tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção. Superestruturas de ideologia e de organização política as quais moldam o desenvolvimento de ambos os aspectos e são por eles moldadas (COX, 1983, p. 111).

Diante disso, Jesus (2009) enfatiza que as ideias proporcionam mapas que ampliam a clareza dos atores de política externa sobre objetivos e a relação entre meios e fins, os quais guiam seu comportamento sob condições de incerteza ao estipularem modelos causais e oferecem motivações éticas ou morais para suas ações.

[...] defendo que a relevância dos fatores ideacionais vem sendo ampliada nos debates contemporâneos de política externa em razão, principalmente, do desenvolvimento de perspectivas analíticas que alimentam, de diferentes formas, as discussões sobre a relação entre ideias e política externa e buscam sanar as insuficiências e limitações dos estudos estritamente materialistas (JESUS, 2009, p. 507).

As ideias na política externa, faz necessário abordar a Teoria Construtivista. Esta traz luz à análise da diplomacia cultural na política externa. O construtivismo propõe que o conhecimento (entendimento do funcionamento da realidade) não é meramente adquirido, mas que há uma construção para que este seja internalizado e posteriormente aplicado na forma de interação entre os indivíduos.

A partir da perspectiva construtivista, de Alexander Wendt (1992), o papel da identidade na formação do interesse dos Estados e, portanto, de sua política externa ganha destaque nas análises. Partindo de um viés estadocêntrico, o autor considera as estruturas principais do sistema internacional são as intersubjetividades e não meramente os determinantes materiais. Assim, os interesses e as identidades dos Estados são construídos partindo dessas estruturas das relações sociais desses agentes nestas, e não determinados por fatores ontológicos a-históricos.

No âmbito do construtivismo, apontado por Wendt (1992), de acordo com uma identificação positiva entre os agentes, gera-se cooperação e certo coletivismo. Já no espectro da identificação negativa, culminaria em conflitos entre os agentes, tendendo ao egoísmo como valor principal das interações. As ameaças, também partiriam de uma construção de identificação social. Neste ponto, da construção social política do poder, Wendt (1992) afirma, conforme o título de uma de suas obras, que a “Anarquia é o que os Estados fazem dela”. Caso um Estado emite mais sinais de agressão um em relação ao outro, haverá mais identificação com as qualidades negativas e o caracterizará o outro sempre como um inimigo a ser combatido.

Jesus amplia o debate ao dizer que, de acordo com as abordagens construtivistas moderadas, no que tange a interação social e suas intenções, assim:

[...] as estruturas de associação humana são primeiramente culturais em vez de fenômenos exclusivamente materiais, essas perspectivas sinalizam que as estruturas ideacionais são elementos importantes que devem ser considerados na investigação da política externa não apenas porque constroem suas identidades e interesses, de forma que as ideias compartilhadas que definem o que são tais atores são endógenas à interação (JESUS, 2009, p. 508).

Neste sentido, a Diplomacia Cultural pode ser utilizada como um instrumento de política externa, pois permite o espaço para diálogos que não tem a pretensão de ameaça entre Estados, visto que objetiva mais a aproximações e identificações entre os Estados, sendo uma saída, que poderia solucionar de forma pacífica e mais eficaz os conflitos internacionais.

Diante desse cenário, diferente da visão realista, o presente trabalho pretende demonstrar que as relações internacionais são mais complexas e fluidas, indo além da proposta binária Guerra/Paz do sistema internacional. Iremos, ao decorrer do trabalho dar exemplos sobre a atuação da diplomacia cultural, como ela se desenvolveu na prática no mandato Lula e como isso causou benefícios ao País durante esse período.

## 2.1 O NEXO ENTRE IDEIAS E PODER NA POLÍTICA EXTERNA

A visão estratégica é crucial para a manutenção do poder de um Estado. Contudo, mais do que compreender o que é o poder na política externa, é essencial entendermos quais foram os caminhos que se percorreram para a obtenção desse poder.

Neste sentido, o papel das ideias dentro do âmbito da política externa, não deve ser restrita a uma marginalização dentro dos principais debates das relações internacionais, visto que:

Ao conceber as ideias como exógenas à interação entre esses Estados no nível internacional, marginalizar a prática social dos agentes e negligenciar os efeitos constitutivos da estrutura, as perspectivas realistas, de forma geral, não desenvolvem uma abordagem que envolva o processo ideacional e cultural e, por isso, demonstra tanta dificuldade no entendimento das mudanças, limitando-se a enfatizar a “seleção natural” no nível internacional e se preocupando excessivamente com a dimensão material (JESUS, 2009, p. 512).

Para se obter uma explicação de uma tomada de decisão Estatal de forma mais profunda e coerente com a realidade deste, torna-se crucial compreender que as decisões não são neutras e baseada em comportamentos individuais.

No que tange a projeção internacional das ideias, usufruindo-se da diplomacia cultural, é possível notar que há uma interdependência entre os rumos da política interna de um país com o resultado nas escolhas da política externa do mesmo.

Ou seja, diferentemente das correntes teóricas autodenominadas realista e neo-realista, que são as correntes dominantes na área de estudos das relações internacionais, não consideraremos o Estado como uma instituição homogênea, dotada de interesse e de poder próprios e cuja política externa estaria separada da política interna. São as mudanças na política interna brasileira, que surgiram, elas mesmas, vinculadas a alterações no cenário internacional, que explicam a nova política externa dos governos Lula e Dilma (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 37).

Assim, faz-se necessário a compreensão dos possíveis caminhos para a obtenção do poder Estatal. Diante do exposto, Joseph Nye (2004), um cientista político norte americano, traz uma visão articulada sobre o poder, permitindo a argumentação para algumas formas de obtê-lo dentro das relações internacionais. O autor afirma que é possível aplicar algumas estratégias como o *Soft*, *Hard* ou o *Smart Power*.

No que tange o conceito de poder, nota-se que esse sempre foi um dos temas de destaque nos estudos das Relações Internacionais. Diferentes abordagens teóricas debatem o nível da atuação dessa esfera e os elementos que a compõem. Nye (2004) define o poder como a capacidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir objetivos próprios, ou seja, o poder de um Estado seria a sua capacidade de influenciar as políticas domésticas e externas dos outros Estados no sistema internacional, para maximizar seus interesses e realizar seus objetivos.

Poder é a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para obter os resultados desejados. Mas existem várias maneiras de afetar o comportamento dos outros. Você pode coagi-los com ameaças, você pode os induzir com pagamentos ou você pode os atacar e cooptá-los para que queiram o que você quer (NYE, 2004, p. 2, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Ao se conseguir obter uma identificação entre comportamentos, o grau de influência e cooperação para a consagração de futuros acordos será maior entre os Estados. Neste sentido, a diplomacia cultural é utilizada como um mecanismo estratégico de projeção internacional do país, o qual se pretende obter mais comportamentos familiarizados e assim maior chance do Estado atingir seus objetivos dentro dessa relação.

Nesse campo de despertar desejo entre os Estado, Nye (2004) aponta para o que se pode ser considerado um bom governo a importância de conseguir que o governador saiba como atuar “*Ganhando corações e mentes*”. O poder que há sobre o comportamento e o desejo de um outro Estado pode ter origens da imposição entre a relação de um Estado que domine essa estratégia de ganhar corações e mentes para benefício próprio. Logo o autor afirma que não precisa do uso da violência para se obter o poder na relação entre Estados: “Se eu consigo fazer você querer o que eu quero, então eu não tenho que usar ‘*carrots or sticks*’<sup>2</sup> para que você o faça” (NYE, 2004, p. 6, tradução nossa).

No campo da diferença entre o *Soft* e o *Hard Power*, Nye afirma que “uma forma de pensar sobre a diferença entre poder duro e suave é considerar a variação sobre as formas que você pode obter os resultados que você deseja” (NYE, 2004, p. 6, tradução nossa).

Diante dessa variedade de caminhos, será possível notar a sutil influência que os assuntos culturais podem implicar na aplicação de política externa. Assim, *Soft Power* se apresenta como pressão e influência na política externa para uma “*decision maker*”, ao passo

---

<sup>1</sup> Tradução livre do trecho: “Power is the ability to influence the behavior of others to get the outcomes one wants. But there are several ways to affect the behavior of others. You can coerce them with threats, you can induce them with payments or you can attract and co-opt them to want what you want” (NYE, 2004, p. 2).

<sup>2</sup> A expressão “*carrots and sticks*” faz referência ao uso de recursos econômicos ou militares com outros países.



que esse poder soft pode trazer a capacidade de moldar as preferências dos outros sem coerção, estimulando a cooperação dos diferentes atores para alcançar certos objetivos e interesses através de uma atração de valores culturais.

Diferentemente do uso do *Hard Power*, defendido pela corrente Realista das Relações Internacionais, o poder hard inclui a capacidade militar e econômica do Estado de se proteger internacionalmente. Porém não aprofunda nas outras questões, como as imateriais, as quais podem influenciar na tomada de decisão externa. Por fim, Nye (2004) apresenta o *Smart Power* como uma estratégica combinação de recursos de *Hard* e *Soft Power*. Estes podem se reforçar ou se interferirem dependendo de sua aplicação.

Na perspectiva de Huntington (1997), os Estados definem as ameaças em termos de intenções dos outros Estados, e essas intenções e o modo como elas são percebidas são profundamente moldados por considerações de ordem cultural.

Outro ponto importante para se compreender o papel das ideias na política externa, refere-se à manutenção e elaboração das instituições e hegemonia internacional. Cox (1983) realizou uma leitura de Gramsci, a qual nos permite compreender que um dos mecanismos pelos quais as normas universais de uma hegemonia se expressam, partem das organizações internacionais.

O autor afirma que as organizações internacionais funcionam do mesmo modo que o processo por meio do qual as instituições da hegemonia e sua ideologia são desenvolvidas. As instituições e regras internacionais são originadas pelo Estado que estabelece a hegemonia. Logo, as instituições internacionais também desenvolvem um papel ideológico. Estas auxiliam na definição de diretrizes políticas para os Estados e também pode legitimar certas instituições nas práticas no plano nacional, refletindo sobre as orientações favoráveis às forças sociais e econômicas dominantes (COX, 1983).

Diante da análise de Cox, nota-se que as instituições internacionais também são moldadas por interesses, que passam pelo papel das ideias, as quais influenciam na suposta liberdade de escolha sobre as diretrizes de política externa dos demais países. Neste sentido, temos especialmente, instituições internacionais multilaterais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) influenciando a tomada de decisão das políticas externas de seus membros perante os outros países. Desta forma, o *status quo* do sistema internacional é mantido em prol dos países que dominam a projeção das ideias e, conseqüentemente, a maior economia.

O fator ideacional, dentro do debate contemporâneo de política externa, vem se mostrando presente, sobretudo, no que tange a correlação entre projeção de ideias para a

obtenção de poder, a partir de uma perspectiva realista. Goldstein e Keohane (1993) fizeram uma abordagem de como essas ideias podem ser encontradas:

As ideias podem ser de três tipos: a) visões de mundo, que afetam a vida social de múltiplas formas ao longo do tempo, como as regiões e a concepção westfaliana de soberania; b) princípios, que remetem a ideias normativas que especificam critérios para distinção entre certo e errado; e c) crenças causais, que se referem a relações de causa e efeito que derivam da autoridade do consenso compartilhado de elites reconhecidas, como cientistas ou líderes espirituais, por exemplo (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 8-11, apud JESUS, 2009, p. 519).

Neste sentido, visões de mundo, princípios normativos e crenças são elementos estruturalmente construídos e compartilhados na cultura de um povo. De forma geralmente, nota-se que os países escolhem um viés cultural vivenciado pela elite (os tomadores de decisões) para projetar como a cultura representante de seu país. Herz (1994) amplia o debate da relação cultura e política externa no sentido que as decisões não são tomadas tendo como princípios comportamentos individuais, pois a cultura influencia na elaboração das ideias e tendências que culminam em uma ação.

A adoção do individualismo metodológico, o qual pressupõe a redução da vida social às ações de atores individuais, reforçou essa tendência, já que os estudos se voltam para a análise do comportamento de agentes individuais. Embora a abordagem exclusiva de fatores sociais não seja aceitável, sendo a investigação do processo de escolha individual fundamental para a compreensão da formação da política externa, a relevância do estudo da dimensão cultural deve ser destacada (HERZ, 1994, p. 79).

Na vertente da análise cognitiva, Herz debruça-se na construção das motivações que levam às escolhas dos tomadores de decisões de política externa, que por vezes, são justificadas como neutras e individuais. Segundo Robert Jervis há uma preocupação que recai sobre os perigos de um “fechamento cognitivo prematuro”, quando o decisor não percebe a influência do mecanismo de filtragem.

Se um decisor pensa que um evento indica inferências evidentes e sem ambiguidades, quando na verdade essas inferências são resultado de sua perspectiva prévia, ele se tornará confiante em excesso e excluirá alternativas prematuramente, acreditando que o evento contém suporte independente de suas crenças (JERVIS, 1976, p. 181, apud HERZ, 1994, p. 78).

Tais figuras públicas (chefes de Estados, diplomatas, entre outros) estão suscetíveis a dimensão subjetiva da política externa. Para Herz (1994), esses agentes utilizam os instrumentos analíticos como ambientes psicológicos, *groupthink*, percepções e falsas percepções, lições da história, imagens, sistemas de crenças dentre outros. O processo de tomadas de decisão, não pode ser compreendido sem a referência à realidade cultural dos atores, uma vez que esta influencia o processo de seleção das partes relevantes da informação, sua categorização, a avaliação do comportamento de atores e até a conceituação do que vem a ser um comportamento racional.

A autora autor, ainda afirma que a influência do modelo do ator racional contribui significativamente para a marginalização das investigações sobre as variáveis culturais, o que dificulta compreender todo o processo que levou a uma específica tomada de decisão.

Essa passagem mostra a utilização, consciente ou não, das ideias como precursoras para as tomadas de decisões, especialmente de um agente público que se baseia nas influências estabelecidas como nacionais de seu país. Torna-se importante o questionamento da suposta neutralidade e racionalidade das ideias que são projetadas na política externa e interna, visto que elas também são passíveis as paixões humanas, dentre elas a supervalorização de uma específica cultura nacional e a um jogo de interesses próprios mascarados como representação do desejo nacional.

No campo da atuação da cultural nacional, nota-se que há uma comunicação com a própria projeção para a cultura internacional de um país, visto que há uma seleção de elementos que serão considerados representantes oficiais do plano nacional para o internacional. Neste sentido há um problema permanente de decidir qual será a projeção de política externa, Herz analisa que:

A tentação de encontrar chaves mestras do quadro cognitivo de um ator internacional deve ser evitada. Em verdade, as imagens que formam a cultural internacional de uma coletividade, presentes antes do início do processo decisório, não são tecidas com precisão, e a coerência interna, em vez de constituir uma de suas características, apresenta-se como um problema permanente. É importante notar que elemento subjetivos influenciam o processo decisório e o comportamento de atores em diferentes combinações, e que os decisores não selecionam do seu quadro cognitivo aqueles elementos úteis para a definição de políticas, como pressuporia o modelo do aro racional (HERZ, 1994, p. 84).

Diante do exposto, nota-se que há uma complexidade de ideias subjetivas que estão intrinsecamente ligadas ao problema sobre a decisão de projeção cultural internacional. Neste sentido, faz-se necessário compreendermos qual é o contexto histórico, social e político da

cultura que a diplomacia cultural utiliza para que esta seja elaborada e projetada como sendo parte representante de política externa de seu país.

## 2.2 O PAPEL DA CULTURA NA POLÍTICA EXTERNA E A UTILIZAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURAL

O papel da cultura na política externa pode ser historicamente analisado. O Brasil, por exemplo, ao longo de sua história construiu uma imagem de país mediador de conflitos oferecendo abertura a um diálogo com seus vizinhos, visto que tem uma vasta área de fronteira. Logo, essa forma diplomática proporcionou um clima relativamente harmonioso para a proteção de seus recursos naturais e territoriais. Assim, no decorrer no século XX, o Brasil desenvolveu uma diplomacia cultural original com o objetivo de defender seus interesses econômicos e estratégicos no mundo (SARAIVA, 2010).

Houve uma intensa utilização da diplomacia cultural na política externa durante o mandato de Lula, o qual tinha como um dos seus objetivos a projeção do Brasil no cenário Internacional de forma mais autônoma (SARAIVA, 2010). Para aprofundar mais essa análise iremos nos ater aos conceitos de cultura e diplomacia cultural e posteriormente, nas próximas sessões, serão exemplificados na atuação do presidente Lula.

### 2.2.1 O Conceito de Cultura

O conceito de Cultura é amplo e requer uma análise mais detalhada sobre sua profundidade antropológica, política, econômica e até mesmo biológica. Neste trabalho, interessa a análise política do conceito cultural, especialmente sua aplicabilidade no que tange a diplomacia cultural como um instrumento de política externa. Portanto, toda vez que se utilizar o conceito “cultura”, ao longo do trabalho, este deverá ser entendido como elemento constitutivo na tomada de decisão na política externa de um determinado Estado, no caso o Brasil.

Iniciamos no âmbito estatal com a construção do imaginário de nação. Neste, o viés analítico a ser utilizado será o da Teoria Construtivista (WENDT, 1992). Esta parte sua análise pelo papel das ideias, visto que é para os construtivistas, tão determinante na vida social quanto os fatores materiais. Além disso, um dos objetivos da teoria não são só os Estados individuais, mas sim as próprias ideias (normas, identidades, interesses) e a maneira como estas surgem, se propagam e se modificam.

Os diversos atores, estatais ou não estatais, interessam aos construtivistas na medida em que participam desses processos de criação e difusão de normas. Esses mecanismos consolidam o ideal de nação fazendo com que a população se identifique como sendo uma “Nação brasileira”. Criando-se datas comemorativas no plano nacional, como o dia da Independência do Brasil em 7 de Setembro. Diante do ideal de nação já concretizado internamente, partiremos para o objetivo do Estado no cenário internacional.

Um mecanismo que auxilia na compreensão dos objetivos estatais, refere-se à Análise de Política Externa (APE), esta objetiva o estudo da política externa nas Relações Internacionais, sobretudo, no estudo de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações concretas:

A Análise de Política Externa (APE) é hoje um campo de estudos bem consolidado dentro da grande disciplina das Relações Internacionais (RI). Numerosos indicadores testemunham essa consolidação, como a existência de revistas especializadas (destacando-se a *Foreign Policy Analysis*) e de diversos manuais específicos sobre APE e capítulos sobre APE nos principais manuais de Relações Internacionais [...] (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40).

De acordo com Mónica Salomón e Leticia Pinheiro (2013), a ideia na política externa parte de um produto de decisões. As autoras consideram que o modo pelo qual as decisões são realizadas afeta substancialmente seu conteúdo. Ou seja, a política externa deveria ser investigada a partir do suposto de que ela se constitui essencialmente de uma série de decisões tomadas por um ou mais indivíduos chamados decisores e estes agem de acordo com a definição que fazem da situação, visto que tais decisões não surgem simplesmente a partir dos estímulos externos, mas que são processadas por um mecanismo dentro do próprio Estado.

Seguindo esse viés, o Estado é permeado por um conjunto de culturas diferentes que coexistem, podendo se influenciarem direta ou indiretamente. Para a projeção internacional, o país, geralmente, escolhe uma dentre essas culturas para representá-lo. Não obstante, no plano internacional, também há uma diversidade cultural abrangente sendo representada por distintos Estados. De acordo com tal realidade, faz-se relevante compreendermos as diferentes perspectivas culturais e como estas podem interagir entre diferentes regiões do mundo.

A compreensão parte de um debate sobre as perspectivas culturais, nota-se que há argumentos voltados para o universalismo (ocidentalismo) *versus* o relativismo cultural, surge, como um produto do debate, a proposta da interculturalidade como solução, utilizando como meio a diplomacia cultural. Pode-se encontrar esse debate no artigo “*A diplomacia*

*cultural como meio para a promoção da interculturalidade no Brasil*” (MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ, 2017). Neste sentido a diplomacia cultural tem capacidade de ser um instrumento para o debate intercultural, na visão de Boaventura de Souza Santos:

A primeira premissa é a superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural. Trata-se de um debate intrinsecamente falso, cujos conceitos polares são igualmente prejudiciais para uma concepção emancipatória de direitos humanos. Todas as culturas são relativas, mas o relativismo cultural enquanto atitude filosófica é incorreto. Todas as culturas aspiram a preocupações e valores universais, mas o universalismo cultural, enquanto atitude filosófica é incorrecto. Contra o universalismo, há que propor diálogos interculturais sobre preocupações isomórficas. Contra o relativismo, há que desenvolver critérios políticos para distinguir política progressista de política conservadora, capacitação de desarme, emancipação de regulação (SANTOS, 1997, p. 11, apud MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ, 2017, p. 535).

No plano local (Estado) ou global (panorama internacional), consideram o fato da diversidade cultural, resultando em civilizações distintas. Tem-se um cenário rico em termos culturais. Neste sentido, os governantes, geralmente, se deparam em para a escolha entre duas perspectivas: Uma realista, como Huntington (1997) propôs a possibilidade de haver um “choque de civilizações”, ou a abertura para diálogos interculturais, proposto pela diplomacia cultural. Este tem maior possibilidade de gerar bons resultados em termos, sociais, políticos e econômicos.

### 2.3 O CONCEITO DE DIPLOMACIA CULTURAL

Ao buscar uma única definição para o termo diplomacia cultural, nota-se que não há consenso na literatura e que, por sua vez, alcançá-lo seria uma maneira superficial e restrita de abordar o tema. “[...] uma das interpretações possíveis desse conceito é que [a diplomacia cultural] pode ser meio para promoção de valores políticos e culturais de um país para o restante do mundo” (CHAKRABORTY, 2013, p. 30, apud MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ, 2017, p. 537).

Neste sentido, pretende-se mostrar a aplicabilidade da diplomacia cultural como sendo um dispositivo estratégico que permite abrir portas para a realização das outras temáticas de política externa, ajudando-as a terem melhores resultados nas relações entre Estados.

A diplomacia cultural tem o poder de proporcionar um ambiente de diálogo para a implementação de projetos nacionais no cenário internacional, especialmente no que tange a imagem, de como o Estado quer ser visto pelos outros. Assim, o Estado detentor dessa estratégia diplomática poderá se projetar de forma a construir uma boa imagem internacional e isso pode abrir caminhos para novas relações e projetos. Segundo Edgard Telles Ribeiro, a diplomacia cultural significa:

Considera-se que as relações culturais internacionais têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito *mútuo*. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também política comercial ou econômica (RIBEIRO, 2011, p. 33, grifo do autor).

Diante da explicação do termo de diplomacia cultural, esta pode ser vista como uma ferramenta de interações entre diferentes nações, pressupõe-se que para haver uma relação harmônica e produtiva é necessário que o Estado aproprie-se dos elementos de sua própria cultura ao representá-la e saiba como reconhecer e respeitar os elementos das outras culturas do outro Estado com o qual irá se relacionar.

Por meio da diplomacia cultural durante os governos Lula, o Brasil procurou difundir valores culturais que desmistificasse os estereótipos frequentemente associados à identidade do país, alguns de natureza sexista e discriminatória, ligados à veiculação de imagens de um país de praias, mulheres lindas, liberdade sexual, samba e carnaval. É bem verdade que, quando a diplomacia cultural e interesses de mercado se combinam, essas distinções entre valores e estereótipos se tornam menos clara. Desta forma, torna-se crucial ter uma difusão cultural crítica em relação a esses tipos de estereótipos (MILANI et al., 2014).

Não obstante, a diplomacia cultural está interligada com a discussão dos Direitos Humanos, visto que aquela abre espaço para o diálogo entre as nações, propondo respeito mútuo:

A diplomacia cultural pode ser um instrumento bastante eficaz para a propagação dos direitos humanos, do diálogo e acerto entre os Estados. Práticas consideradas “anti-humanistas” devem ser desencorajadas, muito embora a liberdade de escolha por um determinado sistema ou outro seja imprescindível para o bom funcionamento da diversificação e heterogeneidade. A imposição é o que deve ser combatido em todo e qualquer nível (regional, nacional ou, inclusive, internacionalmente), seja para destituir antigas tradições, seja para mantê-las ou até aprimorá-las. Deve-se, ainda, promover a conscientização e valorização dos direitos humanos, que por sua vez podem ter diferentes significados a depender da

cultura em que se está inserido (MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ, 2017, p. 535).

A cultura não tem papel de destaque nas análises *mainstream* das Relações Internacionais, sendo justificada como tema abstrato e de aplicabilidade à longo prazo. Diante disso, o trabalho que se apresenta traz a intenção de analisar como que a cultura pode ser um elemento estratégico estando intrinsecamente ligado às relações internacionais e que tem o poder de promover benefícios concretos e duradouros para ambos os Estados que estão em interação cultural.

Ao trazer o tema acima debatido para o momento de globalização e acessibilidade facilitada aos meios de comunicação instantânea. Os autores Muniz, Cidrão e Thomaz (2017), ressaltam que cada cultura tem sua concepção própria do que seria a dignidade da pessoa humana. Logo, a diplomacia cultural não só pode, mas deve ser o meio para se alcançar o diálogo intercultural, para que assim, seja ampliado substancialmente os círculos de reciprocidade entre as diversas interpretações que dizem respeito aos direitos humanos.

Com a globalização e a facilidade de transmissão de informação de um lado do globo para outro, os países em geral têm começado a dar maior prioridade à diplomacia cultural. E os países são estimulados, cada vez mais, a buscarem atrair mais e mais atenção aos seus respectivos patrimônios históricos, suas riquezas naturais e culturais, bem como para os seus desenvolvimentos econômico, científico e tecnológico (MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ, 2017, p. 539).

A representação cultural pode ser historicamente analisada como um mecanismo de aproximação, podendo ser levada até a coerção, perante as outras culturas. Logo, ao se obter uma maior aproximação de identificação cultural, os países abrem espaço para a interação em outros campos em comum, por exemplo, o econômico. Jan Melissen afirma que “A diplomacia se define como um mecanismo de representação, comunicação e negociação por meio do qual os estados e outros atores internacionais tratam seus assuntos” (MELISSEN, 1999, apud SADDIKI, 2009, p. 113).

Seguindo esse viés de ampliação de diálogo cultural diplomático. Para Said Saddiki (2009), a diplomacia cultural se refere ao desempenho dos fatores culturais nas relações internacionais, além de ser a pedra angular da diplomacia pública. O autor afirma que para alguns acadêmicos, a diplomacia cultural é um dos fundamentos chave para o século XXI. Desta forma, compreende-se melhor as nações e sua própria forma de vida, para saber como se deve interagir com respeito mútuo uns para com os outros.



Saddiki (2009), também realiza uma importante ressalva sobre a interpretação superficial da diplomacia cultural na visão de alguns autores, visto que, eles a confundem como propaganda e alguns a utilizam como meras maneiras de intercâmbio. Entretanto, ainda afirma que a propaganda é por definição enganosa e manipuladora e a diplomacia cultural tem como objetivo reforçar o entendimento mútuo e a confiança entre as nações.

A diplomacia cultural não significa somente a transmissão, difusão de cultura e valores nacionais. Um elemento importante da diplomacia cultural também é o fato de escutar as demais nações do mundo, compreender sua própria forma de vida e buscar um terreno cultural em comum para compartilhar entre si. Assim, a diplomacia cultural não deve basear-se exclusivamente em contar nossa história ao resto do mundo; há que ter em conta também que “o êxito da diplomacia cultural depende do diálogo intercultural e do respeito mútuo” (SADDIKI, 2009, p. 110, tradução nossa)<sup>3</sup>.

O cenário internacional, pode ser analisado como palco, no qual quanto mais se é vista uma determinada cultura sendo representada como familiar e acessível, maior é o efeito de aproximação, familiaridade e prestígio internacional despertada por essa cultura. Consequentemente, tal cultura gerará maiores barganhas nas negociações internacionais para aqueles Estados que a representa, por ser considerada mais “familiar e confiável” para com os outros países, os quais abrem espaço de interação com esse tipo de construção ideacional de projeção cultural.

Uma definição do Conselho Científico Holandês sobre a Política Governamental, intitulou um informativo como “Cultura e Diplomacia”<sup>4</sup>, no qual definiu três objetivos fundamentais para a diplomacia cultural que pode ser utilizado por qualquer Estado: Promover o entendimento mútuo, aumentar o prestígio de um país e proteger a identidade nacional (SADDIKI, 2009, p. 111-112).

Hans Morgenthau, mesmo sendo um dos pais do Realismo, não deixa de perceber a importância da diplomacia na política externa de um Estado, sendo aquela que “não tem como objetivo a conquista de um território ou a vida econômica de um país, mas sim a conquista e o controle das mentes de seus cidadãos” (MORGENTHAU, 1975, apud SADDIKI, 2009, p. 110).

---

<sup>3</sup> Tradução livre do trecho: La diplomacia cultural no significa solamente la transmisión y la difusión de cultura y valores nacionales. Un elemento importante de la diplomacia cultural también es el hecho de escuchar a las demás naciones del mundo, comprender su propia forma de vida y buscar un terreno cultural común para compartirlo con ellos. Así pues, la diplomacia cultural no debe basarse exclusivamente en contar nuestras historias al resto del mundo; hay que tener en cuenta también que “el éxito de la diplomacia cultural depende del diálogo intercultural y del respeto mutuo” (SADDIKI, 2009, p. 110).

<sup>4</sup> Netherlands Scientific Council for Government Policy, 1987.

De acordo com Saddiki (2009), a relação diplomacia na política externa, também pode ser analisada na Declaração da UNESCO sobre os Princípios da Cooperação Cultural Internacional de 4 de novembro de 1996, referindo-se ao direito da autodeterminação cultural. Neste sentido, os exemplos apresentados foram: Em programas de intercâmbio cultural, bolsas de intercâmbio acadêmico, estabelecimento de relações com jornalistas e líderes que propagam opiniões internacionais, realização de eventos culturais e promoção do idioma, especialmente em publicações internacionais.

Para a conformação da projeção internacional, o Brasil traz a estrutura institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o qual trata de temas da política externa. Esse órgão federal também deixou claro, especialmente no governo Lula, a importância da aplicabilidade da diplomacia cultural na política externa.

A diplomacia cultural é um instrumento importante de aproximação entre os povos, contribuindo para abrir mercados para a indústria cultural e para o estabelecimento de vínculos culturais e linguísticos. É, também, ferramenta para estimular os diálogos político e econômico, pois fomenta o entendimento mútuo e cria confiança, interesse e respeito entre as nações (MRE, 2019)<sup>5</sup>.

A atuação da Diplomacia Cultural dentro do MRE pode ser executada por meio dos setores culturais das Embaixadas e Consulados. Logo, o Departamento Cultural do Itamaraty, responsável pela difusão da cultura brasileira no exterior, está organizado em cinco unidades: A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV), Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC), Divisão de Temas Educacionais (DCE) (MRE, 2019).

Após a identificação do objetivo em conjunto do Departamento Cultural do Itamaraty, cabe agora analisar os objetivos de cada uma de suas divisões, identificando os mecanismos pelos quais se buscam a elaboração e execução de tais objetivos (MRE, 2019).

- 1) A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), é responsável pela difusão da língua portuguesa, bem como administra a gestão da chamada Rede Brasil Cultural. Outros institutos também auxiliam na tarefa de aplicação da diplomacia cultural, como A Rede Brasil Cultural (também vinculada ao Ministério das Relações Exteriores), por exemplo, que está instalada em mais de quarenta países.

---

<sup>5</sup> Descrição retirada do site do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Acesso em 2019, via link: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/19484-diplomacia-cultural>

Essa rede é formada por vinte e quatro Centros Culturais, cinco Núcleos de Estudo e cerca de quarenta leitorados. Os Centros Culturais Brasileiros são extensões de embaixadas em que se oferecem cursos de língua portuguesa, em sua vertente brasileira, bem como atividades relacionadas à cultura brasileira.

- 2) A Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC). Esse setor promove e difunde a cultura brasileira. Desde a música até as ciências, passando pela literatura, as artes visuais e cênicas, são abrangidas. Estas atividades serão realizadas por intermédio dos Programas de Difusão Cultural dos postos que estão no exterior (PDC); que também é responsável pela instrumentalização dos acordos de cooperação cultural, bem como pelos projetos temáticos que estejam relacionados com a promoção da nova geração de músicos, artistas visuais e dramaturgos brasileiros.
- 3) A Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV), tem o objetivo de promover a produção independente para a TV, o cinema nacional e a publicidade brasileira fora do país.
- 4) A Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC) é a responsável por tratar de temas culturais que se referem à organismos multilaterais, como por exemplo o Conselho Sul-Americano de Cultura, o MERCOSUL Cultural, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a UNESCO dentre outros. Faz parte das suas atribuições a negociação do conteúdo e a forma dos acordos multilaterais culturais, bem como todo o acompanhando da tramitação até a ratificação dos mesmos.
- 5) A Divisão de Temas Educacionais (DCE) faz parte de um departamento dentro do Ministério das Relações Exteriores responsável pelos assuntos que dizem respeito à educação, bem como à relação educacional não só entre o Brasil e outros países, mas também outros organismos e agências internacionais. O acompanhamento se dá desde a negociação até sua execução. Além disso, há o estímulo à educação através da divulgação de oportunidades de bolsas de estudos ofertadas a brasileiros que irão estudar no exterior e a estrangeiros que vem estudar no Brasil.

Ademais, no Brasil existe a aplicação do CELPE-Bras, um Exame que, a depender do resultado, é capaz de aferir a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros. Este exame conta com o apoio da Rede Brasil Cultural. Ele é desenvolvido e outorgado pelo próprio Ministério da Educação (MEC) é aceito como comprovação por

empresas e instituições de ensino. Além disso, é um pré-requisito para que estudantes de fora possam frequentar cursos de graduação e pós-graduação no Brasil.

Como visto acima, a difusão cultural brasileira de caráter diplomático é do encargo do Departamento Cultural do Itamaraty, ao utilizar suas divisões promove a imagem, a cultura e o idioma do Brasil no exterior.

A estrutura do departamento descrita na seção anterior é fruto de uma reforma levada a cabo pelo então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, nomeado pelo presidente Lula em 200. Essa reforma procurou revitalizar as ações de difusão cultural enquanto ferramenta diplomática, revelando uma maior atenção despendida pelo Governo Lula à importância do fator cultural para a política externa. Isso se encaixa dentro do contexto da política externa de Lula, que se pautou por uma agenda mais positiva, retomando o multilateralismo e buscando parcerias estratégicas em várias regiões do globo, além de ter tomado uma voz mais ativa em suas demandas por maior participação no processo decisório de instituições internacionais (SILVA, 2011, apud MACHADO, 2012, p. 54).

Por fim, a diplomacia cultural pode ser um instrumento intensamente utilizado em um determinado governo, conseqüentemente ganhando seus benefícios em aberturas, diálogos e negociações internacionais. Por outro lado, pode ser vista como uma área subalterna da política externa em outros governos, limitando o usufruto desse mecanismo de atuação diplomática. No geral, a diplomacia cultural está intrinsecamente ligada ao plano de atuação diplomática de cada governo.

## 2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ao se analisar o processo percorrido pelo papel das ideias na construção da política externa, nota-se o quanto elas induzem as tomadas de decisões dos atores Estatais, os quais são impulsionados diante de suas próprias visões de mundo. Não obstante, uma das principais causas das guerras está baseada no conflito de ideias e, conseqüentemente, no fechamento do diálogo entre Estados, este fato pode proporcionar um cenário internacional mais instável e intolerante.

A grande questão é que, quando o conflito de posições e a competição ocorrem, eles podem ser resultado não de diferentes objetivos burocráticos entre os formuladores de decisões, mas de visões de mundo, princípios e crenças diferentes, tendo em vista que indivíduos podem diferir sobre a forma como atingir os mesmos objetivos (JESUS, 2009, p. 512).

Dentro do contexto internacional, a cultura ainda é vista com pouca importância pelas correntes *mainstream* para a compreensão da política externa dos Estados. Contudo, buscou-se demonstrar neste capítulo que a cultura, dentro do âmbito da diplomacia cultural, está interligada com a construção da política externa. Logo, este fato pode proporcionar o alcance de objetivos concretos e duradouros.

Por fim, a cultura instrumentalizada por meio da diplomacia cultural, potencializa o desenvolvimento dos principais tópicos de política externa, presentes na agenda de um país como o político, o econômico e até mesmo o tema de Direitos Humanos, visto que, esta a estratégia pode direcionar os conflitos a encontrar saídas e soluções para as divergências apresentadas por meios pacíficos.

Por fim, a diplomacia cultural traz meios da cooperação e da geração de impressões e valores compartilhados, maior poder de influência internacional para um Estado, podendo atuar este como um mediador de conflitos e não o causador deles.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURAL NOS GOVERNOS LULA

A partir da ótica da diplomacia cultural, a presente seção tem o intuito de analisar a caracterização da política externa dos governos Lula. Diante disso, faz-se necessário a compreensão do MRE como o principal órgão de elaboração de política externa brasileira, este órgão atribui um papel importante aos diplomatas, visto que estes desempenham a função primordial da construção do imaginário internacional do Brasil. Entretanto, essa sessão objetiva explorar uma ótica mais crítica sobre a seleção e visão de mundo dos diplomatas brasileiros.

Os mecanismos específicos da diplomacia cultural estão estruturados na agenda governamental, desta forma, a fonte utilizada para a sistematização das ações de diplomacia cultural nesse trabalho foram os documentos “Resenhas de Política Exterior do Brasil”<sup>6</sup>, referentes aos períodos dos governos do presidente Lula (2003-2010).

A análise, específica da agenda internacional dos governos Lula, será distribuída em cinco grandes áreas temáticas, as quais estão relacionadas entre si, pois obtém-se como base a estrutura da diplomacia cultural como sendo uma ação diplomática estratégica da política externa desse período. Assim, as temáticas são: a) eventos culturais e confraternizações; b) serviços diplomáticos: viagens e regularizações de vistos; c) acordos, cooperações e parcerias internacionais; d) missões e ajuda humanitária; e, por fim, f) os prêmios internacionais concedidos ao Brasil nesse período.

#### 3.1 A POLÍTICA EXTERNA DO PRESIDENTE LULA

A caracterização da política externa de um país, parte da análise do próprio território, visto que a geopolítica faz parte dos elementos da política externa. Diante disso, considera-se que o Brasil é favorecido pelo seu tamanho territorial perante os outros países da América do Sul, pois possui dimensões continentais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país apresenta uma área territorial brasileira de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, uma atuação reconhecida regionalmente, um considerável produto interno bruto (PIB), especialmente pela sua vasta variedade de recursos naturais.

O destaque, especialmente por questões territoriais e recursos naturais de um país,

---

<sup>6</sup> As “Resenhas de Política Exterior do Brasil” é uma publicação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), de caráter documental, reunindo discursos, pronunciamentos, notícias e textos de atos oficiais que se relacionam com a política externa brasileira. Acesso via link: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.

podem culminar em seu um triunfo para barganhas internacionais com outros Estados, ou pode se transformar em um verdadeiro problema, caso esses recursos não sejam bem administrados e protegidos.

O contexto histórico, político e econômico ao qual um governo é inserido traz influência para os elementos de elaboração que regem a política externa de seu Estado. Desta forma, faz-se importante obtermos uma compreensão das inter-relações complexas que estavam se estruturando, e foram influências para as tomadas de decisões da política externa de Lula.

Na década de 1990, como antecipava a teoria da interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 1989), pareceram ganhar peso questões econômicas, ambientais, comerciais, de competitividade, fluxos tecnológicos, investimentos, fluxos financeiros, direitos humanos e sociais, e temas que compõem o *soft power* de um país, contrastando com a aparente diminuição da importância dada à segurança internacional, fundamental na Guerra Fria (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 286, grifo do autor).

De forma a delimitarmos o campo analítico, o presente trabalho direciona a luz para a esfera da diplomacia cultural, sendo esta vista como uma estratégia crucial para a abertura, realização e manutenção dos outros âmbitos da política externa tradicional, como o econômico, territorial e acordos de paz. Partiremos do pressuposto construtivista de que as estratégias políticas dos países são socialmente construídas por ideias a respeito da realidade social (WENDT, 1992).

A construção das ideias presentes nas falas do presidente Lula representava uma ótica otimista para as suas propostas de mudanças, sempre buscando elevar a autoestima do povo brasileiro. Tal fato pode ser visto em seu discurso para a posse de cargo de presidência da república, realizado pelo presidente Lula da Silva:

Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. RESENHA... (2003, p. 13).

As mudanças propostas por Lula foram pautadas por diretrizes que priorizavam os meios diplomáticos para obtenção de seus interesses. Estas visavam o fortalecimento das relações entre os Estados, Sul- Sul, a formação de espaços de governança global e regional e a liderança do Brasil na América do Sul. Um dos seus objetivos, a ampliação dos temas

tradicionais da agenda internacional brasileira, como também a sua própria gama de parceiros internacionais pode ser considerado a diretriz ampla da estratégia internacional de Lula.

Assim:

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1º) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2º) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3º) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4º) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291).

Houve, nesse período, a intenção de posicionar o Brasil de forma autônoma no sistema internacional, para isso o governo se ateve em diversificar seus parceiros, tal fato foi conceituado por Vigevani e Cepaluni (2007), através do conceito de “autonomia pela diversificação” com a adesão de alianças com países regionais e com parceiros não tradicionais, como China, Ásia- Pacífico, África, Oriente Médio, entre outros.

Segundo Saraiva (2010), em termos econômicos, os autonomistas são mais ligados à perspectiva desenvolvimentista e, em termos políticos, são ligados a grupos nacionalistas, porém mesmo não sendo originários do Partido dos Trabalhadores (PT), estabeleceram uma interação importante com o mandato do presidente Lula.

A corrente autonomista ascendeu aos cargos de destaque dentro da diplomacia brasileira e consolidou-se como grupo com o mandato de Lula nas figuras do chanceler Celso Amorim e do secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães. Seu primeiro traço – e mais marcante – é a defesa de uma projeção mais autônoma e ativa do Brasil na política internacional [...]. A diplomacia do governo Lula caracterizou-se pelo esforço articulado visando tornar o país uma liderança regional e incrementar a sua ascensão para a posição de potência global (SARAIVA, 2010, p. 48).

Um contraponto à visão de política externa autonomista de Lula, refere-se a ótica dos institucionalistas pragmáticos, estes propõem um abandono do discurso terceiro mundista em de relações voltadas ao “primeiro mundo”.

Como terceiro traço importante, os institucionalistas pragmáticos defendem a construção de uma liderança brasileira na América do Sul, mas com moderação e com base nas ideias de estabilidade democrática e desenvolvimento de infraestrutura (SARAIVA, 2010, p. 47).



Outro ponto diferencial do governo Lula, segundo Vigevani e Cepaluni (2007), foi a colocação de temas sociais na agenda internacional, desde sua presença em janeiro de 2003, em Davos, defendendo o aumento da ajuda externa dos países ricos para o combate à fome, conseguindo o apoio dos presidentes Chirac (França) e Lagos (Chile). Lula também enfatizou a cooperação Sul-Sul de forma a equilibrar com os países do Norte.

No campo das estruturas hegemônicas de poder no sistema internacional. O Brasil, no mandato de Lula, buscou uma inserção diplomática e estratégica para com estas. O objetivo não visava o abandono das instituições, mas sim saber como melhor se posicionar dentro delas. Segundo Guimarães,

[...] enquanto o objetivo estratégico das estruturas hegemônicas de poder é a sua própria preservação e expansão, os objetivos estratégicos finais dos grandes Estados periféricos seriam participar dessas estruturas hegemônicas – de forma soberana e não subordinada – ou promover a redução do seu grau de vulnerabilidade diante da ação dessas estruturas (GUIMARÃES, 2002, p. 135, apud MOREIRA, 2016, p. 50).

Diante da visão das estruturas, ressalta-se que houve uma considerável abertura do Brasil para a criação de blocos, acordos e parcerias diversificadas neste período de busca de autonomia, foi um resultado de uma política exterior aberta ao diálogo e construção de uma liderança regional.

Entretanto, não faz parte de escopo desse trabalho acadêmico aprofundar nas problemáticas trazidas por cada relação de bloco político e econômico que o Brasil se constitui como membro, pois trata-se de questões complexas que merecem uma dedicação especial analítica, na qual pode ser encontrada em trabalhos específicos do tema.

Diante dessa ressalva, a fim de alcançar os objetivos propostos no presente trabalho sobre a questão da diplomacia cultural, como sendo um mecanismo estratégico de política externa, pretende-se mostrar que essa estratégia diplomática oferece um espaço para o diálogo no cenário internacional, para se tomar decisões mais efetivas e duradoura de política exterior.

Para uma melhor compreensão, faz-se necessário uma realização de um panorama geral da forma com que foi regida a política externa de Lula. Partiremos da relação do Brasil com alguns blocos políticos e econômicos, criação de instituições e, posteriormente, a forma que o país procurou se relacionar algumas regiões específicas.

Iniciamos com a relação Brasil e Mercosul, o país debruçou em uma agenda internacional diversificada, por exemplo com a intensificação em viagens e eventos internacionais, abrindo espaço para ganhos para o destaque do Brasil na cooperação Sul-Sul e

no estreitamento de laços, sobretudo, com a América Latina, especificamente com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Saraiva (2010), exemplifica como o processo de integração sob a liderança brasileira foi considerado prioritário no que se refere às tomadas de decisões do governo para com a América do Sul, este processo trouxe um viés mais autonomista com a intenção de proporcionar uma inserção internacional do Brasil e da região para a agenda internacional.

Em relação à América do Sul os autonomistas defendem um projeto claramente estruturado com vistas à construção da liderança do Brasil na região, e recebem influência de pensadores de cunho nacionalistas que identificam o Brasil como o país mais importante "ao sul do Equador" e capaz de influenciar os demais por ter atributos especiais como população, geografia e economia. Assim, o processo de integração sob a liderança brasileira é considerado prioritário e paralelo à trajetória de ascensão do país na política internacional; é identificado como o caminho para melhor inserção internacional e que possibilitaria a realização do potencial brasileiro e da formação de um bloco capaz de exercer influência internacional (SARAIVA, 2010, p. 50).

Segundo Guimarães (2007), as características da situação geopolítica do Brasil, seu território, localização geográfica, população, fronteiras, economia, assim como a conjuntura e a estrutura do sistema mundial, tornam a prioridade sul-americana uma realidade essencial. Logo, o autor enfatiza que a América do Sul se encontra no centro da política externa brasileira. Por sua vez, o núcleo da política brasileira na América do Sul está no Mercosul.

Ao aprofundarmos a atuação dos governos Lula no Mercosul, Alexandre e Leite (2007, p. 14) argumentam que em 2003, com a posse de Lula, este prometeu “priorizar ‘a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida’ e revitalizar o Mercosul, entendido, acima de tudo, como um projeto político”. Assim, a atuação brasileira voltou-se para a recuperação de uma visão mais ampla da integração, englobando aspectos preteridos nos anos 90 em virtude da centralidade assumida pela liberalização comercial entre os Estados membros.

Não obstante, as duas Presidências Pro Tempore do Mercosul exercidas pelo Brasil durante o governo Lula avançaram propostas fundamentais para o desenvolvimento institucional do bloco, com destaque para a implementação do Parlamento do Mercosul e do Fundo de Convergência Estrutural (Focem). Cumpre destacar que, “ao buscar o fortalecimento de laços econômicos e institucionais com países do Sul, o Brasil não atuou de modo unilateral, mas sim como membro do Mercosul” (ALEXANDRE; LEITE, 2007, p. 23).

Lula, desde o início de seu mandato buscou estreitar laços com o Mercosul

proporcionando iniciativas de integração com a América do Sul e outras entidades, como a Comunidade Andina das Nações (CAN) e a Iniciativa de Integração em Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA). Sobre essas relações, Lula também buscava alcançar uma forma de contrabalancear os Estados imperialistas, sobretudo EUA e os Europeus.

O período em questão foi marcado por uma atuação de ampla negociação, especialmente com o regionalismo. Esse jogo estratégico, pode ser muito beneficiado ao utilizar a projeção internacional do Estado como promotor de diálogo entre Estados, pretendendo-se sempre proporcionar ao Brasil um lugar de destaque.

Na hierarquia governamental, cada indivíduo deve olhar *para baixo*, identificando opções para preservar margem de manobra; *para o lado*, a fim de manter o compromisso dos outros indivíduos e atraí-los para sua coalizão; e *pra cima*, de modo a certificar os superiores de que sua posição é a melhor (ALLISON, 1971, p.144-177, apud JESUS, 2009, p. 512, grifo do autor).

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil, acompanhado por China, Índia e África do Sul, protagonizou a criação do G-20<sup>7</sup> durante a fase final da preparação para a Conferência Ministerial de Cancun, em 2003, promovendo a defesa de avanços no setor agrícola, tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Além disso, o Brasil buscou ampliar sua participação internacional com os BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul), no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e no G-20.

No que tange à diversificação das relações Sul-Sul, os principais resultados foram a criação do Fórum IBAS e a realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes. Vale ressaltar, segundo Saraiva (2010), que além da proposta de construir parcerias para modificar a ordem internacional, esta forma de cooperação tem o objetivo efetuar intercâmbio tecnológico e a não-intervenção nos assuntos internos dos parceiros (a defesa do regime democrático mais presente durante o período de Cardoso nesta esfera não é relevante).

Como iniciativa importante, foi criado o Fórum IBAS. Outro ponto importante na política dos governos Lula foi a participação na UNASUL, segundo Saraiva (2010), o Brasil conseguiu manter uma margem de autonomia dentro dessa instituição.

A Unasul vem sendo o principal canal de ação multilateral do Brasil na região. Por um lado, tem um caráter estritamente intergovernamental e de institucionalidade muito baixa, o que garante a margem de autonomia

---

<sup>7</sup> O G-20, abreviatura para Grupo dos 20, também de G20 Financeiro, é formado pelas 19 maiores economias do mundo, representadas pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais, mais a União Europeia (EU), representada pelo Banco Central Europeu e pela Presidência Rotativa do Conselho Europeu.

brasileira frente a seus parceiros na organização e em suas relações com países fora da região. Por outro lado, é um mecanismo importante através do qual a diplomacia brasileira vem atuando com vistas a construir posições comuns com os países vizinhos frente a situações de crise, e buscando sempre ocupar o papel principal em seu interior (SARAIVA, 2010, p. 50).

O Brasil ampliou sua presença internacional e representatividade em quase todas as regiões do globo a partir de uma orientação Sul- Sul.

Iniciamos com a relação Brasil- África, trata-se alianças privilegiadas nas relações Sul-Sul, especialmente os de língua portuguesa, sendo um dos pilares não somente as relações econômicas, como também o resgate da dívida humana, social e cultural que o Brasil tem com esses países africanos.

Outro ponto importante dessa relação foi o oferecimento de prioridade ao estabelecimento de um espaço para o diálogo, comercialização e trocas culturais entre esses países. O marco da I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador, Bahia, no dia 12 de julho de 2006, exemplifica o início da intensificação da relação Brasil-África nos governos Lula.

[...] Assim, o processo de integração sob a liderança brasileira é considerado prioritário e paralelo à trajetória de ascensão do país na prática internacional; é identificado como o caminho para melhor inserção internacional e que possibilita a realização do potencial brasileiro e da formação de um bloco capaz de exercer influência internacional. Com este objetivo, a diplomacia de Lula buscou dar um novo impulso à construção de uma liderança com padrões de *soft power*. Recuperou em parte os princípios da não-intervenção e incluiu em sua agenda um projeto articulando principalmente os processos de cooperação e integração regional às perspectivas de desenvolvimento nacional (SARAIVA, 2010, p. 49-50).

Questão de destaque apareceu no âmbito da saúde na relação Brasil-África, nota-se que a política externa do governo Lula, pautou-se para a concretização de alguns acordos sanitários na África:

Não se pode desconhecer que coalizões na lógica da cooperação Sul-Sul são ensaiadas no final da administração FHC, no contencioso das patentes de medicamentos contra o HIV/AIDS, quando o Brasil se alia à África do Sul e à Índia para tentar reduzir os preços internacionais destes remédios, contando com o apoio de setores da sociedade civil de outros países. No entanto, a formação desta coalizão só foi institucionalizada durante a administração Lula da Silva, com a Declaração de Brasília, acordo que trata de um amplo leque de temas, que vão do comércio até a questão de segurança internacional, criando assim o IBAS ou o G-3 (OLIVEIRA, 2006, apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 296).

O interesse do Brasil pelas questões do Oriente Médio durante o governo Lula, de forma geral, teve o objetivo de desempenhar um destacado papel político internacional em questões importantes que ocupam a opinião pública mundial, visto que não tinha a intenção de realizar invasões militares ameaçando diretamente a região, sendo este um papel diferente de seu rival do norte e oferecer novas soluções para o mundo como uma potência sul em ascensão e talvez conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança futuramente.

Um tema internacional que exemplifica a diplomacia do governo brasileiro na região do Oriente Médio durante os governos Lula, foi a proposta do Acordo Nuclear com o Irã. A questão nuclear iraniana objetivou uma posição clara sobre o direito do Irã a ter tecnologia nuclear pacífica, não uma arma nuclear, e para dar a Teerã tempo para provar a natureza pacífica do seu projeto nuclear, e não se apressar para tomar medidas não-diplomáticas contra Teerã, ou mesmo sanções econômicas para evitar o cenário iraquiano (AMORIM, 2011).

No âmbito da relação Brasil-Ásia Central, nota-se que o país latino, a partir de 2003 enfatizou a proposta de aproximação com os países periféricos pela construção estratégica de estabelecer sua presença em todos os países e regiões do globo. Entretanto, a interação era pautada por um distanciamento, vale ressaltar que o Brasil não possuía nenhuma embaixada residente nesta área. Tal fato era visto como uma problemática perante as propostas do governo desse período, o qual pretendia tornar-se um player global. A abertura de embaixada foi vista como uma alternativa sábia dentro dessa zona de interesse (MOREIRA, 2016).

Para suprir essa ausência, foi criada em 2006 a embaixada residente em Astana, no Cazaquistão, país da região com a maior extensão territorial, com maior PIB, com as maiores reservas de petróleo e de gás natural e, de acordo com Silva (2011), o país da região que ao longo dos anos demonstrou maior interesse em estreitar relações com o Brasil. A nova representação diplomática reconfigurou as cumulatividades, passando o Turcomenistão e o Quirguistão à embaixada em Astana (MOREIRA, 2016, p. 51).

Outro campo relevante a ser destacado sobre a relação Brasil- Ásia Central, trata-se da política exterior brasileira ao utilizar a sua difusão diplomática cultural, com o estabelecimento de políticas não tangíveis, em prol de uma maior aproximação entre essas nações. Estas trazem um histórico cultural diferente, podendo abrir certo distanciamento para com os ocidentais. Portanto, a proposta de um espaço de diálogo e intercâmbio cultural, porém não se restringindo somente a isso, é visto como um dos principais pilares de atuação diplomática escolhidos nos governos Lula para se alcançar maior poder de influência no local. Silva sugere que:

[...] o Brasil deve explorar também políticas não tangíveis, relacionadas à cultura e a valores – em suma, o que conhecemos por soft power. Para o autor, que também é diplomata de carreira, esse tipo de poder brando “[...] constitui para o Brasil uma das formas de melhor inserir-se na sociedade centro-asiática, à luz da impossibilidade de o país ter poder de barganha, como poderio militar e nuclear para impor-se no mundo”.

Muitos elementos que fazem parte do soft power brasileiro já se encontram na região centro asiática. É o caso das novelas televisivas, dos jogadores de futebol, da literatura, de alguns produtos brasileiros, como o café, e da música. Isso sem contar com o imaginário em relação ao Carnaval e às praias, o que abre oportunidade para o Brasil atrair potenciais turistas centro-asiáticos para o país (SILVA, 2011, p. 186, apud MOREIRA, 2016, p. 53).

Especialmente a relação Brasil-China, mostra que inicialmente, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China em 1974 sob o governo militar, mas as ligações permaneceram relativamente limitadas até os anos 90. Em 1993, a China reconheceu o Brasil como um “Parceiro Estratégico”, o primeiro país da América Latina a receber essa designação. Mesmo antes da intensificação do comércio entre os dois países, foi estabelecida uma cooperação significativa nas áreas técnica e científica, principalmente os esforços conjuntos para desenvolver satélites de sensoriamento remoto (MOREIRA, 2016).

Dado esse contexto geoestratégico global que estava inserido os governos Lula, faz-se necessária uma qualificação sobre a questão diplomática específica. Portanto, a próxima sessão irá abordar mais detalhadamente a forma com que se foi desempenhada e aplicada a diplomacia cultural nos períodos Lula para manter o objetivo de inserção e projeção internacional.

### 3.2 A DIPLOMACIA CULTURAL DOS GOVERNOS LULA

Os governos Lula foram marcados por uma ação internacional efetiva, houve uma significativa projeção do Brasil no cenário internacional, especialmente, Lula escolheu com o chanceler Celso Amorim, o qual trabalhou como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, até o fim do último mandato, para auxiliar na construção e defesa da projeção mais autônoma e ativa do Brasil na política internacional.

No âmbito nacional, Lula restabeleceu alianças com diferentes setores da sociedade a fim de possibilitar a estabilidade de seu governo e a imagem do Estado brasileiro no cenário internacional.

Além disso, a política externa visou ampliar e aprofundar as relações Sul-Sul, criou coalizões como o G-20 na OMC, participou do Fórum Índia Brasil e África do Sul (IBAS), participou da missão de paz da ONU no Haiti (Minustah) e aproximou-se de estados do continente africano e do Oriente Médio, bem como da China e da Rússia. Essas relações trouxeram grandes benefícios à burguesia interna brasileira ao aumentar o acesso a novos mercados para a exportação de produtos manufaturados e garantir a instalação de empresas brasileiras nesses territórios (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 37).

Diante dos exemplos citados no trecho acima, é possível a análise de como foi traçado o posicionamento do Brasil e suas estratégias tomadas como uma atuação mais efetiva e alternativa internacionalmente em relação do que vinham se tomando nos governos anteriores. Não obstante, a diplomacia do governo Lula caracterizou-se pelo esforço articulado com o objetivo de tornar o país uma liderança regional e aumentar a sua ascensão para a posição de potência global (SARAIVA, 2010).

No quesito da integração latino-americana, houve um espaço considerável em sua agenda de política externa. Um exemplo disso, seria a Lei 12.189, sancionada pelo presidente Lula em 12 de janeiro de 2010, que criou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O projeto de Lei foi aprovado por unanimidade em todas as comissões por que passou, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Um projeto que visou a construção de um espaço acadêmico para a qualificação de profissionais com uma visão mais sensível às questões latino-americanas<sup>8</sup>.

Tal tomada de decisão diplomática brasileira exemplifica a preferência na agenda governamental do presidente Lula e no campo das disputas das ideias e seu esforço para promover a pluralidade de pensamento em relação ao Brasil e a América Latina.

Diante desse panorama geral, nota-se que a liderança brasileira, no período dos governos Lula, pautou-se por uma diplomacia diversificada e ativa com o objetivo de estruturar a projeção do país internacionalmente.

[...] dentro desta perspectiva, a diplomacia buscou um comportamento ativo nos foros multilaterais caracterizado pela expressão “*global player*” e manteve, nos marcos das Nações Unidas, a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança. Optou pela adesão a regimes internacionais já estabelecidos na área de segurança internacional (SARAIVA, 2010, p. 47, grifo do autor).

O Brasil é visto internacionalmente como um país pacífico, que sabe lidar com sua

---

<sup>8</sup> Informação retirada do site da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Site Oficial da UNILA, sobre a UNILA. Acesso em 2019, via link: <https://portal.unila.edu.br/institucional>

abrangente fronteira territorial sem grandes conflitos e que propõe um diálogo entre os países como uma resolução de suas controvérsias e a não- intervenção. Com base nessas credenciais, o diplomata Celso Amorim buscou executar o desejo do Brasil em conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Eu diria, é claro, que [o Brasil] é uma potência negociadora. Mas seria muito simplista pensar que o Brasil sempre olhou o consenso pelo consenso. Nós também temos uma visão de como as coisas deveriam ser e nós tendemos a trabalhar nesta direção. Nós batalhamos para ter um mundo mais democrático, para falar. Mais países são ouvidos na cena mundial – um mundo onde as relações econômicas são mais balanceadas e, é claro, no qual países em qualquer área podem falar uns com os outros sem prejuízos. [...] Então, o Brasil tem esta característica única que é muito útil nas negociações internacionais: ser capaz de se colocar no lugar de outro, o que é essencial quando se está procurando por uma solução (AMORIM, 2010b, apud SILVA, 2014, 62).

O discurso de Amorim pode ser direcionado pelo desejo pela reforma do Conselho de Segurança na medida em que critica indiretamente a utilização de recursos militares pelos países detentores de assentos permanentes no Conselho, portanto, o poder duro como defendido por Nye (2004).

No mundo de hoje, o poder militar será cada vez menos utilizável de forma que essas outras habilidades - a capacidade de negociar com base em políticas econômicas sólidas, com base em uma sociedade que é mais justa do que costumava ser, e será mais justa amanhã do que é hoje – todas estas são coisas que ajudam. Eu não acho que há muitos países que podem se gabar de ter 10 vizinhos e não ter nenhuma guerra nos últimos 140 anos (AMORIM, 2010a, apud SILVA, 2014, p. 62).

Diante disso, Amorim trabalhou para demonstrar que o Brasil possuía uma boa estrutura como país pacífico internacionalmente, mesmo diante de sua diversidade, buscou projetá-lo como promotor de diálogo e cooperação, o que culmina em um objetivo comum para todos, a Paz internacional.

Saraiva (2010) relembra a famosa frase de Araújo Castro (1972), de que o Brasil está condenado à grandeza, ilustra o plano de governo brasileiro nos períodos Lula, o qual se mostrou importante para o contexto internacional. Ressalta que o sistema mundial deveria ser reavaliado e, assim, propõe a Reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 1926 e em 1945 o governo brasileiro pleiteou um assento permanente no Conselho de Segurança da Liga das Nações/ Nações Unidas. No início dos



anos 70, Araújo Castro (1972), ex-chanceler e embaixador brasileiro na ONU, afirma que “poucos países no mundo detêm as possibilidades de irradiação diplomática do Brasil” e “nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza”. Com a eleição de Lula da Silva, este tema retorna à pauta de debates sobre política externa (SARAIVA, 2010, p. 45).

A autora também ressalta que, foram credenciais para a candidatura brasileira, o fato de optarem por defender aspectos mais distributivos do comércio internacional e a questão da fome e pobreza que afetariam a estabilidade internacional (o combate ao terrorismo não foi assumido como prioridade).

Por fim, a diplomacia cultural, dentre suas multi possibilidades de atuação, pode ser utilizada como um mecanismo de pacificação do cenário internacional, propondo uma política externa de não violência e de maior intercâmbio cultural e espaço de diálogo para as questões políticas e econômicas.

Diante do exposto, o tema da paz internacional no Brasil, foi paulatinamente trabalhado por um âmbito diplomático, objetivando uma projeção cultural brasileira com uma imagem de um país tendente a mediação de conflitos, visto que escolhe por propostas de diálogo no cenário internacional. Logo, faz-se necessário compreendermos como o Brasil desenvolveu a diplomacia cultural na prática de política externa nos governos Lula.

### 3.3. A DIPLOMACIA CULTURAL NA PRÁTICA: ATORES E AGENDAS

A presente seção versará sobre a diplomacia cultural brasileira na prática diária dos governos Lula. Para isso, foi necessário um aprofundamento na análise dos atores, agendas e órgãos específicos que desempenharam essa forma diplomática. Pretende-se abordar a importância representativa dos espaços físicos de um país, como a abertura de embaixadas, para sua projeção internacional, além do papel dos diplomatas nessa projeção. Sistematiza-se também nessa seção as ações que constituíram a agenda da diplomacia cultural dos governos Lula, por meio da análise de documentos oficiais do governo do período.

#### 3.3.1 O MRE e o Papel da Abertura de Embaixada na Política Externa

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), ou Itamaraty, faz parte do Poder Executivo da República Federativa do Brasil. O MRE, tem como objetivo o assessoramento do Presidente da República dedicando sua atuação na formulação e direcionamento da política

externa, de acordo com o interesse nacional. Tal norteamento passa por uma análise psicológica que regem a construção das relações internacionais, dos elaboradores e tomadores de decisões. Neste ponto, cabe destacar a contribuição da análise psicológica das relações internacionais:

Hermann e Hagan (1987), por exemplo, procuram classificar as unidades de decisão (ou seja, quem realmente toma a decisão final na arena da política externa). As unidades de decisão podem ser um líder, um grupo ou uma série de grupo sem competição pela exclusividade da tomada de decisão. Feita essa classificação, os autores realizam uma análise psicológica que mostra como a sensibilidade diante de uma determinada questão por parte do líder, de membros da burocracia ou de setores da sociedade pode influenciar o rumo da política externa de um país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 280).

A embaixada, refere-se à representação oficial de um governo dentro do território de outra nação e é configurada como um território estrangeiro em um solo nacional. Logo, pode ser considerada a primeira instância que tem a legalidade de mediar as relações entre os dois Estados, podendo ser por mediação de conflito ou de interesses estatais.

[...] ao abrir um número expressivo de novas embaixadas em regiões não prioritárias da PEB e ao priorizar parceiros do mundo em desenvolvimento. A condução da PEB nessa direção parece indicar que essas ações estavam a serviço de uma estratégia mais ampla, que seria a de multilateralização do sistema e de internacionalização da economia brasileira, a fim de que o país conseguisse melhorar sua posição na hierarquia global de poder, tanto em termos econômicos (e especialmente comerciais), quanto políticos (MOREIRA, 2016, p. 49).

Diante da indagação sobre como as estratégias de difusão cultural brasileira podem construir uma imagem de confiança e barganha para o Brasil frente ao cenário internacional. Uma possível hipótese para tal questionamento seria a ampliação da difusão diplomática cultural sendo executada na política externa expressada na abertura de embaixadas brasileiras. O objetivo seria a ampliação do diálogo, criando um ambiente de harmonia que facilitaria para que o Brasil promovesse sua difusão cultural, aumentando e consolidando suas relações com o maior número de países possíveis.

Neste sentido, nota-se que durante o governo de Lula houve uma crescente abertura de embaixadas no cenário internacional, o qual também propôs uma diplomacia presidencial mais intensiva em seus governos.

Em artigo publicado em março de 2005, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comenta que o presidente Lula da Silva realizou 56 viagens, tendo passado por 35 diferentes países. Em contrapartida, recebeu 52 visitas de chefes de Estado e de governos, oriundos de 39 países (AMORIM, 2005, p. 1, apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 295-296).

A análise sobre a representação diplomática brasileira nos governos Lula, exige uma dedicação mais detalhada. Diante disso, dedica-se, no decorrer desse trabalho, uma seção para analisar qualitativa e quantitativamente sobre a questão diplomática desse período (2003-2010), tal seção foi denominada: “Serviços diplomáticos, viagens e regularizações de vistos”. Desta forma, faz-se importante compreendermos o papel que um diplomata tem dentro de um Estado nação.

### 3.3.2 O Diplomata e seu Papel na Formulação do Imaginário Internacional do Brasil

O diplomata é considerado uma personagem pública capaz de representar a cultura e os interesses de seu país no exterior. Portanto, pressupõe que ele atuará ativamente na condução e desenho da política externa de seu país. Assim, Celso Luiz Nunes Amorim, um diplomata brasileiro, ocupou a direção do MRE durante os governos Lula. Em seus discursos e entrevistas atuou por uma política externa baseada no diálogo, o que contribuiu para a execução da diplomacia cultural brasileira, visto que esta tem como meio a interação harmônica entre Estados. Em uma entrevista dada ao Entre Vistas, Amorim diz:

O Brasil ajudou a compor uma ordem mundial mais equilibrada, sendo ativo no tabuleiro regional e mundial, que perpetuam várias temáticas [...]. O Lula aconselhou vários presidentes e chanceleres de diferentes ideologias que viam nele um apoio a pluralidade de diálogo (AMORIM, 2018, [YouTube]).

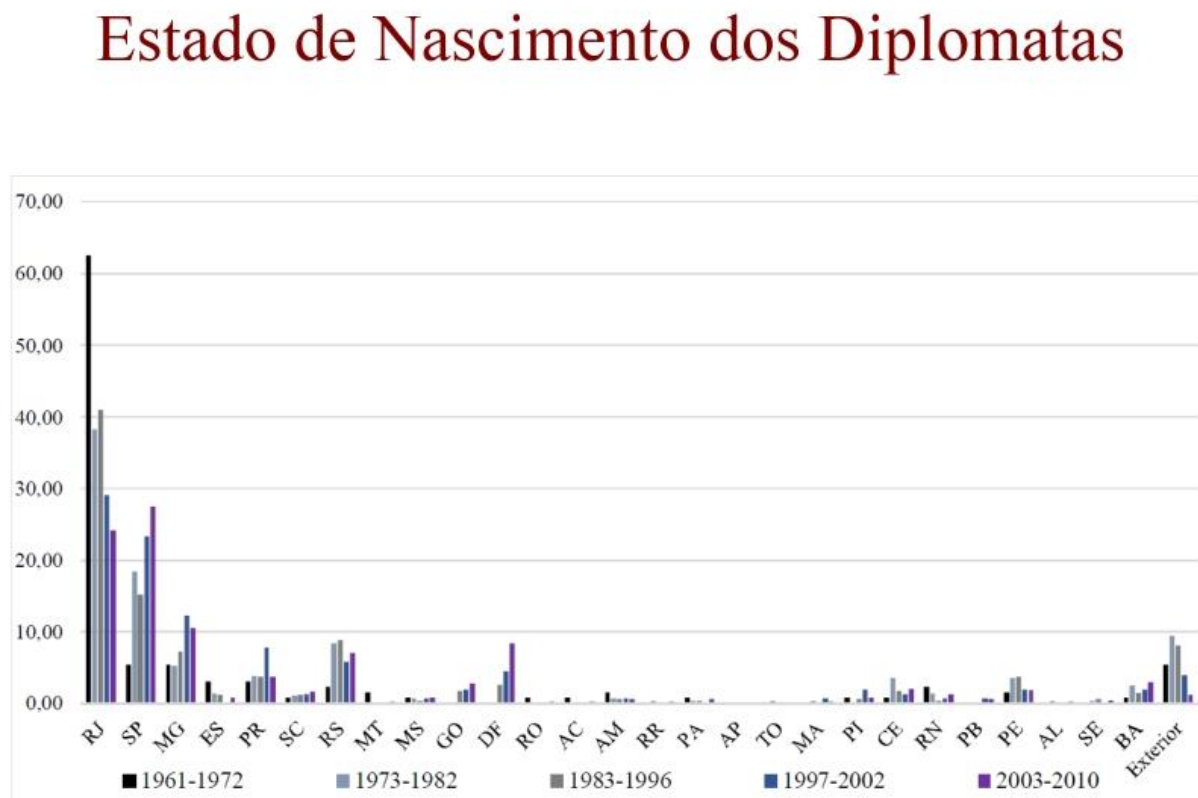
No que tange a formulação diplomática, o Itamaraty realiza um trabalho conjunto com o Instituto Rio Branco (IRBr), sendo uma academia diplomática do MRE, responsável pela seleção dos futuros diplomatas do Brasil.

A manutenção de uma ampla rede de representações diplomáticas e consulares brasileiras no exterior é imprescindível para permitir a execução adequada da política externa, assegurando a participação brasileira nos principais temas da agenda internacional. Além disso, a existência dessa rede permite aos funcionários do Serviço Exterior brasileiro agir e tomar providências localmente, de forma direta, o que torna mais eficiente a promoção do comércio exterior, a atração de investimentos e a assistência a brasileiros residentes no exterior (MRE, 2019).

Há uma restrita parcela da sociedade que pode ter acesso a esse cargo de prestígio. Pode-se apontar o processo seletivo rigoroso e que beneficia quem pode pagar uma base educacional de preparo para o cargo. Outro ponto, é a limitação na diversidade de Estados representados, os diplomatas que conseguem o cargo são majoritariamente do estado de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais o que faz lembrar o mesmo histórico estruturado no Brasil “Café com Leite”. Tal fato não seria um problema, a não ser pela própria restrição de representação cultural na elaboração da cultura do Brasil, visto que, naturalmente, a elaboração cultural será baseada na cultura regional dos próprios elaboradores, sendo uma visão limitada sobre a representatividade de diversidade da cultura brasileira de fato.

Em vista de uma melhor representação, abaixo será apresentado um gráfico, o qual explica a seleção e distribuição originária dos diplomatas brasileiros ao longo dos anos.

Gráfico 1 – Origem dos Diplomatas Brasileiros



Fonte: Lima (2015)

Fonte: Gráfico retirado de uma apresentação para a aula de Política Externa Brasileira proferida pelo professor Pedro Feliú do Instituto de Relações Internacionais da USP<sup>9</sup>.

Diante do exposto, nota-se há maior presença de diplomatas do Rio de Janeiro,

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=240306>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

podendo-se inferir que a “cultura carioca” passa a ser vista como a representante oficial da cultura brasileira. Isso impacta na própria execução da diplomacia cultural, pois os outros países serão levados a crer e se baseiam em estereótipos do Brasil projetados de um recorte de somente uma região sendo, trazendo elementos como o samba, futebol e o carnaval “vendidos” como estereótipos brasileiros. Entretanto, o Brasil transborda tais definições, desde a Amazônia com o folclore e os rituais indígenas, ao Sul do país com sua cultura do chimarrão.

Cada espaço geográfico do Brasil traz uma história que deve ser valorizada e projetada. Contudo, sabe-se que não há possibilidade da projeção de todos os elementos culturais presentes. No entanto, com a ampliação da representação diplomática, poderá haver maior sensibilidade dos elaboradores de política externa ao buscarem de forma democrática a representação da cultura brasileira por outras regiões, visto que tal fato pode culminar no enriquecimento de sua própria política externa ao se encontrar mais elementos culturais comuns com outros países.

Especialmente, a questão do chimarrão na tríplice fronteira é vista como uma cultura comum entre o Brasil, Argentina e o Paraguai, esse fato além de impulsionar o comércio da erva mate na região, traz um sentimento de semelhança entre os países sobre um aspecto cultural em comum. Neste sentido, quanto maior for a diversidade na representação cultural de um país, maior será a aproximação com elementos comuns de outros países, o que pode facilitar na aproximação de cooperação e comércio em suas políticas externas.

Através da diplomacia cultural, o Brasil procurou difundir valores culturais que desmistifiquem os estereótipos normalmente associados à identidade do país, alguns de natureza sexista e discriminatória, difundem imagens de um país tropical, destacando aspectos da beleza feminina, da liberdade sexual, e da cultura do samba e do carnaval. “É bem verdade que, quando diplomacia cultural e interesses de mercado se combinam, essas distinções entre valores e estereótipos se tornam menos claras”. Desta forma, torna-se crucial ter uma difusão cultural crítica e esse tipo de estereótipos (MILANI et al., 2014, p. 51).

A crítica sobre a elaboração da representatividade do Brasil, e de sua base sobre a execução da própria diplomacia cultural e sua execução na política externa, deve ser direcionada ao Ministério das Relações Exteriores, que de acordo com a legislação brasileira ficou como o órgão responsável pela elaboração da diplomacia cultural.

### 3.4 AGENDA DOS GOVERNOS LULA NA DIPLOMACIA CULTURAL

Ao aprofundarmos a análise sobre o papel da diplomacia cultural, percebe-se uma gama de ações diversificadas, as quais permitem a consolidação e o alcance dos objetivos do país que a utiliza. Logo, torna-se necessário a compreensão dos atores, agendas e práticas da diplomacia cultural. Desta forma, pretende-se trazer a luz a realidade da utilização da diplomacia cultural como mecanismo de política externa, a qual é permeada de estratégias, negociações, eventos e de benefícios a longo prazo.

O Brasil foi escolhido como sendo um exemplo concreto desse fato, visto que usufruiu da diplomacia cultural mais intensamente durante os períodos de 2003-2010. Para aumentar a qualidade analítica, o presente trabalho realizou um levantamento bibliográfico das Resenhas de Política Exterior compreendendo o período dos governos Lula (2003-2010), disponíveis no site oficial do MRE. Todas as ações diplomáticas que se relacionam com a diplomacia cultural, foram selecionadas e avaliadas de acordo com a autora do presente trabalho. Para maior detalhamento, a análise irá se ater em cinco instrumentos cruciais da diplomacia cultural, identificados como mais relevantes no período e que se relacionam entre si: a) os eventos culturais; b) as viagens diplomáticas; c) os acordos e parcerias; d) as missões e ajuda humanitária e, por fim; e) os prêmios internacionais direcionados ao Brasil.

#### 3.4.1 Eventos Culturais e Confraternizações

A importância dos eventos culturais é encontrada no fato de que eles permitem uma maior troca de conhecimento cultural de forma mais próxima e, por vezes, artística, o que proporciona um encantamento e empatia pelos países que participam desses eventos.

No viés estratégico, os eventos internacionais e a difusão da cultura nacional, dá-se na inserção de um país no plano internacional, ao contribuir para consolidar a identidade nacional, reforçar a aproximação dos povos em torno de um patrimônio comum e evitar, ao mesmo tempo, a perpetuação de estereótipos negativos sobre o país.

Alguns exemplos de iniciativas organizadas pelo Brasil foram: O festival de cinema lusófono, o concurso Itamaraty de curta-metragem, as mostras de cinema brasileiro (o Itamaraty em coordenação com a Embrailme), o Ano do Brasil na França em 2005, os apoios à capoeira na América Latina, a promoção da cultura no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mostras de artes plásticas e, a edição das revistas *Cultura Brasileña* e *Brasil Cultura* (respectivamente, pelas embaixadas em Madri e Buenos Aires)

(SOARES, 2009).

Lula optou por uma agenda internacional mais diversificada e dinâmica, objetivando uma maior aproximação entre os seus parceiros e colocando o Brasil na agenda internacional como uma forma de ser visto como um país importante e atuante internacionalmente. Parte-se da ideia de difusão da cultura nacional, com a contribuição para a consolidação da identidade nacional, além de reforçar a aproximação dos povos em torno de um patrimônio comum e evitar, ao mesmo tempo, a perpetuação de estereótipos negativos sobre o país.

No Brasil, há um espaço oficial de recepção e realização de eventos internacionais, o Cerimonial. Este é um dos setores com leque de atribuições mais diversificado no Ministério das Relações Exteriores. Propõe a organização dos eventos públicos sobre o relacionamento do Brasil com outros Estados, desde a entrega de credenciais de Embaixadores estrangeiros até a organização de encontros de Chefes de Estado e de Governo.

As instituições que trabalham para a divulgação da cultural nacional, são o Itamaraty e o Ministério da Cultura, no âmbito federal, são os principais promotores da diplomacia cultural brasileira. O Ministério da Cultura atua por meio de sua Diretoria de Relações Internacionais (MILANI et al., 2014).

O objetivo brasileiro de se tornar um *global player* acarreta a necessidade dos políticos brasileiros de se fazerem presentes em eventos internacionais, reuniões de cúpula, e de dialogar diretamente com líderes de outros países (prestígio). [...] Do mesmo modo, chefes de Estado e de governo de outros países também visitam o Brasil. Esse indicador é muito importante para demonstrar que não somente o mundo está na agenda do Brasil, como o Brasil está na agenda de muitos países. É possível verificar, inclusive, a existência ou não de reciprocidade nas escolhas de visitas presidenciais (MILANI et al., 2014, p. 63, grifo do autor).

Assim, quanto mais eventos o país proporcionar, maior será sua projeção internacional com a difusão da cultura nacional, adentrando na agenda internacional de outros países. Esta aproximação causará impactos positivos ao aumentar os laços entre os países proporcionando um ambiente de amizade para a execução de políticas externas em parceria.

No âmbito das confraternizações (almoços), a importância desta ação é voltada ao *Soft Power* dos discursos presidenciais ao aproximar suas ideias com os de seus convidados, mostrando que há algo em comum, portanto, eles podem ser amigos e alinharem suas políticas, economias e talvez até uma maior aproximação de suas culturas (NYE, 2004).

Assim, quanto mais eventos e confraternizações o país proporcionar, maior será sua projeção internacional com a difusão da cultura nacional. Esta aproximação causará impactos

positivos ao aumentar os laços entre os países proporcionando um ambiente de amizade para a execução de políticas externas em parceria. Encontra-se abaixo o levantamento dos principais eventos internacionais realizados nos governos Lula.

Quadro 1- Eventos Internacionais nos Governos Lula

<b>EVENTOS INTERNACIONAIS</b>	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	<b>2º Semestre de 2004</b>
Cerimônia de apresentação de credenciais de Embaixadores não-residentes	
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Papa João Paulo II	
Eleição do Brasil para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas	
Ingresso do Brasil na OIM	
Dia da amizade Argentino-Brasileira	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, no Palácio Itamaraty, em 29 de setembro de 2005	<b>2º Semestre de 2005</b>
Conferência Ministerial da União Africana- Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Conferência Ministerial da União Africana, em Arusha, Tanzânia, em 23 de novembro de 2005	
XV Cúpula Ibero-Americana – Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: “A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”, em Salamanca, Espanha, em 15 de outubro de 2005	
IV Cúpula das Américas- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Sessão da IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, Argentina, em 5 de novembro de 2005	
Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) - Declaração à imprensa (15/09/2005)	



Tema	Período
<p>III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias</p> <p>1º Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura da 1º Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 30 de junho de 2005)</p>	<b>1º Semestre de 2005</b>
Tema	
<p>II Reunião de Coordenação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina – Brasília, 16 a 19 de maio (15 de maio de 2006)</p>	<b>1º Semestre de 2006</b>
<p>Eleição do Brasil à Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (16 de maio de 2006)</p>	
<p>Escolas de Futebol Brasileiro na Rússia (13 de junho de 2006)</p>	
<p>Assembleia dos Estados Partes na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - A preservação dos saberes, fazeres e falares em discussão na UNESCO (27 de junho de 2006)</p>	
<p>I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, Salvador, Bahia, 12 de julho de 2006</p>	
<p>Reunião entre os Países do G-8 e os Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo Intervenção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião entre os Países do G-8</p>	
<p>I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante a I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006</p>	
<p>Abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS)- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006</p>	
<p>I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital - Brasília, 10 a 12 de outubro de 2006 (9 de outubro de 2006)</p>	

IX Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia (13 de outubro de 2006)	
Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Montenegro (25 de outubro de 2006)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Sessão Inaugural do Parlamento do Mercosul- Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão Inaugural do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, 7 de maio de 2007	<b>1º Semestre de 2007</b>
Dia da África- Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião do Dia da África, Brasília, 25 de maio de 2007	
14ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-China (11 de abril de 2007)	
Lançamento do Portal Consular (13 de abril de 2007)	
Reunião de Altos Funcionários de Alemanha, Brasil, Índia e Japão sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Brasília, (19 de abril de 2007)	
Comunicado Conjunto - Diálogo Político entre Brasil e União Europeia (30 de abril de 2007)	
Reclassificação do Brasil nas listas da “Special 301” dos EUA (1º maio de 2007)	
Seminário “Programa de Combate ao Racismo Institucional – uma experiência exitosa de cooperação internacional” - Palácio Itamaraty (24 de maio de 2007)	
<b>Tema</b>	
Seminário sobre Paz e Reconciliação (Discurso de abertura do Senhor Ministro de Estado, Embaixador Celso Amorim. Oslo, 14 de setembro de 2007)	<b>2º Semestre de 2007</b>
Mensagem de congratulações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidenta eleita da Índia, Pratibha Patil (25 de julho de 2007)	
I Festival de Música e Dança do IBAS - Salvador, 24 a 27 de outubro de 2007 (24 de outubro de 2007)	
Eleição do Brasil ao Comitê do Patrimônio Mundial (25 de outubro de 2007)	

Eleição do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (9 de novembro de 2007)	
Centenário das Relações entre o Brasil e a América Central (19 de novembro de 2007)	
Eleição do Brasil à Presidência da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT) (27 de novembro de 2007)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão - Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão. Brasília, DF, 17/01/2008	<b>1º Semestre de 2008</b>
Seminário empresarial Brasil - Países Baixos 59 – Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial “Brasil - Países Baixos, Oportunidades de Negócios”. Haia, Países Baixos, 11/04/2008	
Temas de interesse global 65- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante discussão sobre temas de interesse global. Haia, Países Baixos, 11/04/2008	
Conferência na UFRJ 95 Texto -base da conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Criação e Inovação na Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro, 25/04/2008	
Centenário da Imigração Japonesa no Brasil 137- Discurso do Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, na Cerimônia de Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, com a presença do Príncipe Herdeiro do Japão. Rolândia - PR, 22/06/2008	
Candidatura brasileira à Direção-Geral da OMPI 09/01/2008	
Brasil sedia primeira Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores dos BRICS 07/03/2008	
Diálogo Político Brasil-União Europeia 30/04/2008	
Declaração do Grupo de Países Amigos da Bolívia 05/05/2008	
Reeleição do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos	
Diálogo Político Brasil-União Europeia	

Exposição “A Corte Portuguesa no Brasil” – Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à exposição “Um Novo Mundo, Um Novo Império – A Corte Portuguesa no Brasil”. Rio de Janeiro, RJ, 07/03/2008	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Iª Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior- Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior . Rio de Janeiro - RJ, 17/07/2008	
Almoço em homenagem à Presidente da Argentina, Cristina Kirchner- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o almoço em homenagem à Presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Palácio Itamaraty, Brasília – DF, 08/09/2008	
63ª Assembleia Geral das Nações Unidas- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, EUA, 23/09/2008	
III Cúpula do Fórum de Diálogo Índia- Brasil-África do Sul - IBAS Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da III Cúpula do Fórum de Diálogo Índia -Brasil-África do Sul – IBAS. Nova Delhi, Índia, 15/10/2008	
Almoço em homenagem à Sua Majestade o Rei Abdullah II, da Jordânia Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem à Sua Majestade o Rei Abdullah II, da Jordânia. Brasília - DF, 23/10/2008	<b>2º Semestre de 2008</b>
Almoço em homenagem ao Presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono – Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço em homenagem ao Presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono. Brasília - DF, 18/11/2008	
Almoço em homenagem ao Presidente da República da Coreia do Sul, Lee Myung-bak- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em homenagem ao Presidente da República da Coreia do Sul, Lee Myung-bak. Brasília - DF, 19/11/2008	
Almoço em homenagem ao Primeiro-Ministro da República de Cingapura- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço em homenagem ao Primeiro-Ministro da República de Cingapura, Lee Hsien Loong. Brasília - DF, 25/11/2008	

Almoço oferecido ao Presidente da República de Cuba, Raúl Castro- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço oferecido ao Presidente da República de Cuba, Raúl Castro. Brasília - DF, 18/12/2008	
Brasileiros no Mundo: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior (11/07/2008)	
Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras (26/08/2008)	
Eleição de brasileiros para cargos de direção do IPCC (11/09/2008)	
Representante brasileiro na Comissão de Apoio e Assistência ao Governo da Bolívia (18/09/2008)	
180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia (03/10/2008)	
Festival de Cultura Brasileira em Moscou (06/10/2008)	
Festival de Cultura Brasileira na Índia (15/10/2008)	
Capoeira brasileira em Angola (03/11/2008)	
Festival de Gastronomia Brasileira - Luanda, 10 a 15 de novembro de 2008 (07/11/2008)	
Eleição do Brasil para a Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos (19/11/2008)	
Seminário sobre a Abertura dos Portos às Nações Amigas: 200 anos de Comércio e Cooperação - Brasília, 25 de novembro de 2008 (24/11/2008)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros em Pequim, na China	<b>1º Semestre de 2009</b>
Apresentação da candidatura Rio 2016 Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante apresentação da candidatura Rio 2016. Lausanne, Suíça, 17/06/2009	
Reunião do Grupo Diretor do Plano de Ação Brasil-EUA para a Eliminação da Discriminação Étnica e Racial e Promoção da Igualdade - Washington, EUA, 29 e 30 de abril (29/04/2009)	
Eventos de Promoção Comercial e de Cooperação na África (05/06/2009)	
Portal “Brasileiros no Mundo” (09/06/2009)	

Tema	Período
Cerimônia de sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil - Ministério da Justiça- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil - Ministério da Justiça – Brasília-DF, 02/07/2009	<b>2º Semestre de 2009</b>
Seminário Internacional de Mídia sobre a Paz no Oriente Médio Apresentação do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, no Seminário Internacional de Mídia sobre a Paz no Oriente Médio, organizado pelas Nações Unidas - Rio de Janeiro, 27/07/2009 Brasília, DF, 10/03/2009	
Sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) - Copenhague, Dinamarca, 02/10/2009	
Site eletrônico do cinquentenário das relações Brasil-Coréia do Sul (02/07/2009)	
Reunião Ministerial da CPLP - Praia, 20 de julho - Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo e Comunicado Final (22/07/2009)	
Acordos de Residência (21/08/2009)	
II Diálogo Brasil-UE sobre Sociedade da Informação (09/09/2009)	
Encontro entre os Presidentes do Brasil e da Guiana, por ocasião da inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu - Fronteira Brasil-Guiana, 14 de setembro de 2009 - Comunicado Conjunto (15/09/2009)	
Acordo de sede para o estabelecimento do Escritório de Coordenação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) no Brasil (02/10/2009)	
Brasileiros no Mundo: II Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior (13/10/2009)	
Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (15/10/2009)	
Mês Cultural do Brasil em Timor Leste (22/10/2009)	

Tema	Período
Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial - Brasília Palavras proferidas pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da Abertura da Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial - Brasília, 25/03/2010	<b>1º Semestre de 2010</b>
Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante almoço oferecido ao Presidente do Líbano, Michel Sleiman - Palácio Itamaraty, Brasília, 22/04/2010	
Olimpíadas 2016 Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na solenidade de assinatura de atos relacionados às Olimpíadas 2016 - Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília, 12/05/2010	
Cerimônia de entrega do Prêmio Camões Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da	
Silva durante cerimônia de entrega do Prêmio Camões - Lisboa - Portuga l, 19/05/2010	
10ª Cimeira Luso-Brasileira- Declara ção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à imprensa após sessão plenária da 10ª Cimeira Luso -Brasi leira - Lisboa -Portuga l, 19/05/2010	
3º Fórum Mundial da Aliança de Civilizações Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de abertura do 3º Fórum Mundial da Aliança de Civilizações - Rio de Janeiro -RJ, 28/05/2010	
Seminário “Brasil-Itália: Novas Parcerias Estratégicas” Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante encerramento do seminário “Brasil-Itália: Novas Parcerias Estratégicas” - São Paulo-SP, 29/06/2010	
Tema	Período
Almoço oferecido pelo Presidente do Quênia, Mwai Kibaki Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo Presidente do Quênia, Mwai Kibaki - Nairóbi, Quênia, 06/07/2010	<b>2º Semestre de 2010</b>
Sessão de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Quênia Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de anúncio de investimentos da General Motors do Brasil - Centro Cultural Banco do Brasil – DF, 15/07/2009	
Cerimônia de assinatura de atos entre Brasil e Quênia	

<p>Jantar oferecido pelo Presidente da Zâmbia, Rupiah Bwezani Banda. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo presidente da Zâmbia, Rupiah Bwezani Banda - Lusaca, Zâmbia, 7/07/2010</p>	
<p>Cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 - Joanesburgo, África do Sul, 8/07/2010</p>	
<p>Cerimônia de lançamento da Campanha Internacional Turística para o Brasil 2014</p>	
<p>Jantar oferecido pelo Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo Presidente da África do Sul, Jacob Zuma - Pretória, África do Sul, 9/07/2010</p>	
<p>XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe</p>	
<p>Almoço oferecido ao Primeiro-Ministro do Kuaite, Xequé Nasser al Sabah. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Primeiro-Ministro do Kuaite, Xequé Nasser al Sabah - Palácio Itamaraty, 22/07/2010</p>	
<p>Almoço oferecido ao Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega - Palácio Itamaraty, 28/07/2010</p>	
<p>Comemoração ao Dia da Pátria Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente de Israel, Shimon Peres - Palácio Itamaraty, 11/11/2009</p>	
<p>65ª Sessão Assembleia Geral das Nações Unidas. Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do Debate Geral da 65ª Sessão Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, 23/09/2010</p>	
<p>Consultas Conjuntas do Brasil e da Índia com a União Europeia (08/07/2010)</p>	
<p>IV Reunião de Cúpula da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia - Brasília, 14 de julho de 2010 (13/07/2010)</p>	
<p>Acordo entre o Itamaraty e a Caixa Econômica Federal (16/07/2010)</p>	



Celebração dos Vinte Anos dos Brasileiros no Japão (16/07/2010)	
Participação do Brasil no Grupo de Reflexão sobre o Fortalecimento do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (05/08/2010)	
Parceria entre o Itamaraty e os Hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês no combate ao surto de cólera no Haiti (29/10/2010)	
Candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO (26/11/2010)	
“III Conferência Brasileiros no Mundo” – Abertura Solene pelo Presidente da República e Posse do CRBE (02/12/2010)	
Eleição para o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - votação até 9 de novembro (29/10/2010)	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

### 3.4.2 Serviços Diplomáticos, Viagens e Regulamentação de Vistos

A presente sessão irá abordar temas relacionados às viagens diplomáticas, regulamentação de vistos, acordos, celebrações e memorandos entre os ministérios diplomáticos internacionais realizados com o Brasil nos governos Lula.

Conforme Milani et al. (2014), as viagens diplomáticas internacionais, sendo presidenciais ou por chanceleres são utilizadas como um indicador das preferências políticas de determinado governo. Assim, quanto mais elevada for a média anual de viagens internacionais, pode indicar que o governo considera a política externa uma área de importância em seu país. “Por outro lado, uma média anual baixa de viagens presidenciais pode indicar que o presidente tem preferência por assuntos domésticos” (MILANI et al., 2014, p. 63).

Dessa forma, a pesquisa buscará demonstrar que o Brasil, nos governos Lula, adotou estratégias de difusão cultural ao realizar eventos internacionais, em suas embaixadas, Ministério das Relações exteriores e em viagens internacionais. Tais ações acarretaram em uma construção da identidade brasileira mais amigável e confiável.

No âmbito da regulamentação dos vistos, parte de uma forma estratégica para a aproximação dos países. Um exemplo disso está na Resenha de Política Exterior do 2º semestre de 2004, o Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Honduras sobre isenção parcial de vistos em passaportes comuns. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras (doravante

denominados “Partes”), animados pelo desejo de intensificar as relações de amizade existentes entre ambos os países. Reconhecendo a conveniência de simplificar as viagens de nacionais de um Estado ao território do outro, acordaram o seguinte:

**ARTIGO 1**

Nacionais de ambas as Partes, portadores de passaportes comuns válidos, estão isentos da obrigação de visto para entrar, permanecer e sair do território da outra Parte, para fins de turismo, trânsito ou negócios RESENHA... (2004, p. 237).

Diante disso, a diplomacia em viagens e regulamentação de vistos também partem da ideia de uma aproximação diplomática, abrindo espaço como convivência e diálogo internacional, uma forma de se relacionar mais pacífica e ao mesmo tempo estratégica, sendo esse um dos princípios de uma diplomacia cultural.

Quadro 2 – Serviços Diplomáticos nos Governos Lula

<b>SERVIÇOS DIPLOMÁTICOS, VIAGENS E REGULAMENTAÇÃO DE VISTOS</b>	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Abertura de novas repartições consulares brasileiras no exterior	<b>2º Semestre de 2004</b>
Lançamento da candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de Diretor Geral da OMC	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Bulgária sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países (Brasília, 12 de janeiro de 2005)	<b>1º Semestre de 2005</b>
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico. (Praia, 14 de janeiro de 2005)	
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Camerum, sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço. (Iaundé, 18 de janeiro de 2005)	

Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana a Respeito de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países. (Georgetown, 15 de fevereiro de 2005)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns. (Zagreb, 25 de fevereiro de 2005)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Senegal sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço. (Dacar, 14 de abril de 2005) MAIO DE 2005	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço. (Brasília, 12 de maio de 2005)	
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Colômbia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países. (Bogotá, 27 de junho de 2005)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Comunidade Sul-Americana de Nações - Reunião para a Negociação de Acordo de Isenção de Vistos de Turista - Rio de Janeiro, 11 e 12 de abril de 2006 (19 de abril de 2006)	<b>1º Semestre de 2006</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e a Academia Diplomática Andrés Bello, do Ministério de Relações Exteriores da República do Chile( Atos assinados por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile (26 de abril de 2007)	
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador	<b>1º Semestre de 2007</b>
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e a Academia Diplomática e Consular, do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai	

Tema	Período
Celebrações do Centenário das Relações Diplomáticas do Brasil com os Países da América Central, 20 de novembro de 2007	<b>2º Semestre de 2007</b>
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre Isenção de Vistos Para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	
Atos assinados por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Jamaica. Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo do Brasil e o Governo da Jamaica	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República de Angola sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas	
Cooperação do Instituto Rio Branco com Academias diplomáticas (19 de outubro de 2007)	
Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes nacionais dos Estados-membros da CPLP (2 de novembro de 2007)	
Tema	
Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre Síria e Líbano (25/08/2008)	<b>2º Semestre de 2008</b>
Encontro entre os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Nova Zelândia: aprofundando o relacionamento - 28 de agosto de 2008 - Comunicado Conjunto (29/08/2008)	
Tema	Período
Eleição do Embaixador João Clemente Baena Soares para a Comissão Jurídica Interamericana (09/03/2009)	<b>1º Semestre de 2009</b>

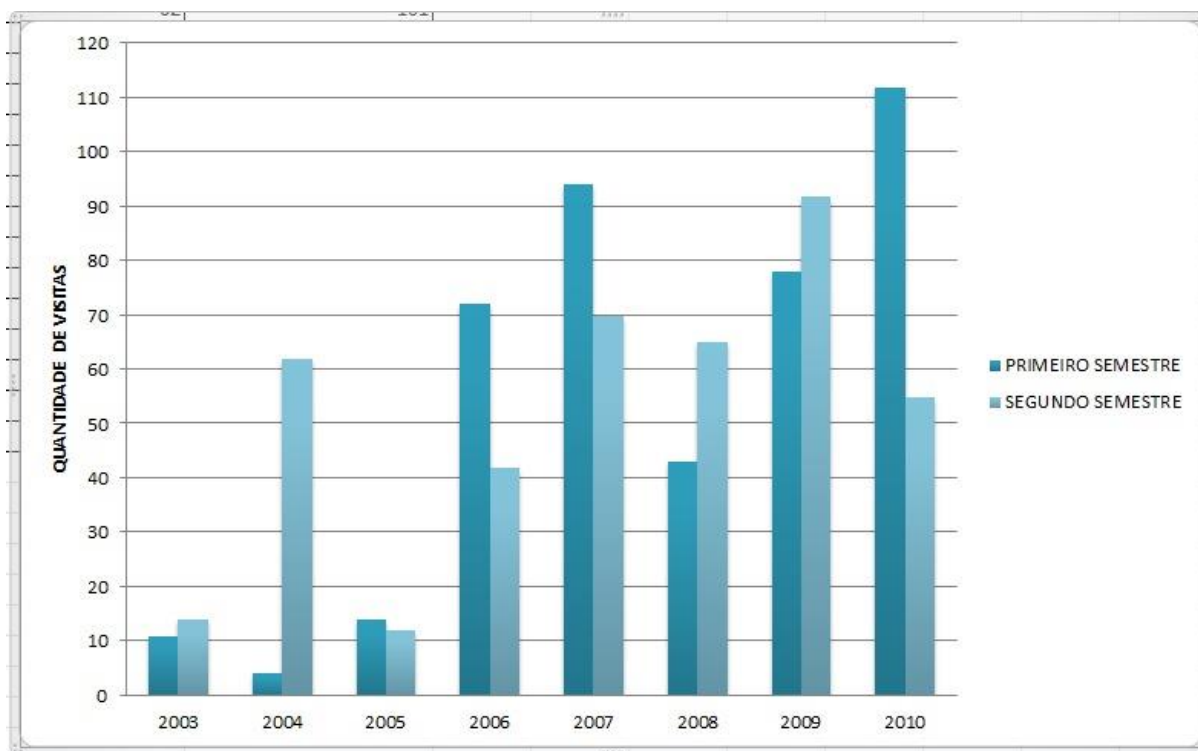
Tema	Período
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais. 20/01/2010	<b>1º Semestre de 2010</b>
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 17/03/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010.	
República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil. 28/04/2010	
Programa de Cooperação na Área de Turismo entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para o Turismo da República Bolivariana da Venezuela. 28/04/2010	
Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres	
da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de “Centros Binacionais de Assistência às Mulheres Migrantes na Fronteira Brasil- Venezuela”. 28/04/2010	

Acordo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia Sobre Intercâmbio de Diplomatas. 27/05/2010	
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2010-2012. 14/05/2010	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Catar sobre o Desenvolvimento do Turismo. 15/05/2010	
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Catar, representado pelo Comitê Olímpico do Catar. 15/05/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço. 20/06/2010	
Vinicius de Moraes - Embaixador do Brasil” (11/08/2010)	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Por fim, para exemplificar de forma tangível e real as viagens internacionais, de acordo com as Resenhas de Política Exterior do Brasil, faz-se relevante um gráfico que aproxima a proporção de viagens feitas durante os governos Lula.

Gráfico 2 – Brasil: Visitas Internacionais



Fonte: Gráfico de elaboração própria com dados do MRE (2019).

### 3.4.3 Acordos, Cooperações e Parcerias Internacionais

A diplomacia cultural tem intuito de realizar uma aproximação entre os povos e tal fato contribui para uma qualidade das negociações entre Estados, pois estimula os diálogos políticos, culturais, sociais e econômico. Neste sentido, há um fomento de entendimento mútuo, podendo criar confiança, interesse e respeito entre as nações. Diante disso, a diplomacia cultural pode ser vista como um mecanismo estratégico da política externa proporcionando um ambiente para a efetivação de acordos, cooperações e parcerias internacionais.

De acordo com o levantamento bibliográfico dos governos Lula, no campo das Cooperações, temos: Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, Técnica/Científica, Educacional, na Área de Turismo, no viés Esportivo, nas Áreas da Administração Pública e Governança, de Direitos Culturais, de Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e em Matéria de Comunicações. Diante de tamanha abertura e projeção internacional, o Brasil conseguiu construir espaço para o fomento na Cooperação Econômica. Dentro do viés comercial, há uma clara tendência do Brasil em um comércio preferencial entre os membros do Mercosul. Além de se representar como um líder do bloco para a realização de comércio entre o Mercosul com outras nações, exemplo com a União Europeia, com o continente

Africano e com a Federação Russa. Uma visão mais aberta e ampla de comércio internacional, diante do que tinha sido proposto nos governos anteriores.

No que tange a área da cultura, mídia e educação, Lula optou pela criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, Co-produção Cinematográfica, abriu-se para um Mecanismo de Diálogo Político, Intercâmbio de Experiências Internacionais e por uma Implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Não obstante, Lula também teve preferência para a construção de pontes de integração, como a Inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru. Realizou uma Contratação Recíproca de Nacionais com direito a uma maior Regularização Migratória, havendo a permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços, por exemplo entre brasileiros e bolivianos. Por fim, para qualificar em dados, abaixo teremos os exemplos concretos do caminho estratégico percorrido da política externa de Lula.

Quadro 3 – Acordos, Cooperações e Parcerias Internacionais nos Governos Lula

<b>ACORDOS, COOPERAÇÕES E PARCERIAS INTERNACIONAIS</b>	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic	<b>1º Semestre de 2003</b>
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para implementação do projeto “Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de votação e apuração eletrônica na Cidade do México	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Acordo MERCOSUL- União Europeia (29 de outubro de 2003)	<b>2º Semestre de 2003</b>
Parceria Estratégica Brasil-Espanha (Assinatura do documento de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, em Santa Cruz de La Sierra, em 14 de novembro de 2003)	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais	
Acordo sobre Cooperação em Assuntos relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>



Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia	<b>1º Semestre de 2004</b>
Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos	<b>2º Semestre de 2004</b>
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios	
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados	
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados	
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Juventude e dos Desportos da República da Bulgária. (Brasília, 12 de janeiro de 2005)	<b>1º Semestre de 2005</b>
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para apoiar a Implementação da III Fase do Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde. (Praia, 14 de janeiro de 2005)	
Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. (Praia, 14 de janeiro de 2005)	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Esportiva”. (Brasília, 19 de janeiro de 2005)	

<p>Memorando de Entendimento no Âmbito Educacional entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Ciência do Reino da Espanha. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)</p>	
<p>Protocolo de Colaboração em Matéria de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre Cessão de Tecnologia Turística (Brasília, 24 de janeiro de 2005)</p>	
<p>Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, de 13 de abril de 1989, para o estabelecimento de um Programa de Capacitação Profissional Brasil/Espanha/América Latina. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)</p>	
<p>Programa Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana na Área da Educação. (Georgetown, 15 de fevereiro de 2005)</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta. (Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)</p>	
<p>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Co-produção cinematográfica. (Berlim, 17 de fevereiro de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite. (Kuaite, 23 de fevereiro de 2005)</p>	

<p>Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Argelina Democrática e Popular. (Argel, 26 de fevereiro de 2005)</p>	
<p>Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia. (Nairóbi, 07 de março de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai. (Brasília, 01 de abril de 2005)</p>	
<p>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços. (Brasília, 01 de abril de 2005)</p>	
<p>Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Estabelecimento de uma Comissão Binacional de Cooperação Técnica. (Brasília, 01 de abril de 2005)</p>	
<p>Programa Executivo do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Camerun, firmado em Iaundé, em 14 de novembro de 1972, Relativo ao Ensino Superior. (Iaundê, 11 de abril de 2005)</p>	
<p>Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana. (Acra, 12 de abril de 2005)</p>	
<p>Programa Executivo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para o Período 2005 – 2008. (Dacar, 14 de abril de 2005)</p>	
<p>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor-Leste – Proformação”. (Díli, 02 de maio de 2005)</p>	

<p>Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública. (Brasília, 03 de maio de 2005)</p>	
<p>Programa Executivo do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito. (Brasília, 09 de maio de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão. (Brasília, 11 de maio de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados. (Bridgetown, 17 de maio de 2005)</p>	
<p>Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel. (Jerusalém, 29 de maio de 2005)</p>	
<p>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados. (Berlim, 01 de junho de 2005)</p>	
<p>Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize. (Brasília, 07 de junho de 2005)</p>	
<p>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais. (Brasília, 07 de junho de 2005)</p>	
<p>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico. (Brasília, 09 de junho de 2005)</p>	
<p>Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social. (Brasília, 09 de junho de 2005)</p>	

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Francofonia da República do Congo. (Brasília, 13 de junho de 2005)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Congo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. (Brasília, 13 de junho de 2005)	
Memorando de Entendimento sobre ensino de Português e Espanhol na Região Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia. (Bogotá, 27 de junho de 2005)	
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia. (Bogotá, 27 de junho de 2005)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Memorando de Entendimento Trilateral sobre Aviação Civil entre Brasil, África do Sul e Índia (03/08/2005)	<b>2º Semestre de 2005</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru	
Cerimônia de Assinatura de Decreto sobre Implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decreto sobre implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em Brasília, em 29 de junho de 2006	
Assinatura de acordos com o Reino Unido (3 de março de 2006)	
III Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) Rio de Janeiro, 28 a 30 de março (28 de março de 2006)	<b>1º Semestre de 2006</b>
Memorando entre os Governos do Brasil e do Japão sobre a implementação do sistema brasileiro de TV digital e a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira (13 de abril de 2006)	
Propriedade Intelectual - Manutenção do Brasil na lista de observação prioritária dos EUA (28 de abril de 2006)	

Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria (5 de maio de 2006)	
Copa do Mundo de Futebol - 2006 - Assistência Consular (11 de maio de 2006)	
Instalação de Escritório Regional da Embrapa na África (26 de abril de 2006)	
Propriedade Intelectual - Manutenção do Brasil na lista de observação prioritária dos EUA (28 de abril de 2006)	
Acordo de Cooperação entre a Radiobrás e a Agência Nacional de Notícias da Ucrânia (13 de junho de 2006)	
Cooperação entre o Mercosul e a Federação da Rússia-Cerimônia de Assinatura de Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o Mercosul e a Federação da Rússia, com a participação dos Ministros das Relações Exteriores dos países do Mercosul e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguei Lavrov. Brasília, 15 de dezembro de 2006	
Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica (07 de julho de 2006) realizada, em Berlim, nos dias 10 e 11 de julho, a XXXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica.	
Encontro da Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação Científica e Tecnológica - Washington, 21 de julho de 2006 (24 de julho de 2006)	
Missão brasileira de cooperação ao Líbano (11 de outubro de 2006)	
Negociações para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (11 de outubro de 2006)	
Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre dispensa da exigência de visto de turista e habilitação de documento de identidade para ingresso e trânsito em seus respectivos territórios (24 de novembro de 2006)	

Tema	Período
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai	<b>1º Semestre de 2007</b>
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana para a Realização de Atividades de Cooperação com Terceiros Países (27 de março de 2007)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para o estabelecimento da Comissão Binacional Brasil – México (2 de março de 2007)	
Memorando de Entendimento sobre Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (30 de março de 2007)	
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador sobre Cooperação em Matéria de Televisão Digital Terrestre	
Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação Técnica na Área de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e o Serviço Nacional de Turismo da República do Chile	
Protocolo de Intenções Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Da República do Paraguai Sobre Cooperação Técnica em Políticas para Diversidade Cultural	
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Cooperação Técnica em Políticas e Programas Nacionais de Cultura	

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai Sobre Cooperação Técnica em Políticas e Programas Nacionais de Cultura	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa Do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos Sobre Educação Escolar Indígena”	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do Paraguai”	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Conhecimentos Sobre Sistemas de Conservação Integrada e Patrimônio Cultural”	
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	
Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	
Proposta de estabelecimento de parceria estratégica entre o Brasil e a União Européia (1º de junho de 2007)	
Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia (Atos assinados por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia (6 de junho de 2007)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	
Acordo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	
Instalação da Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (13 de junho de 2007)	



Sítio eletrônico do centenário da imigração japonesa (19 de junho de 2007)	
Memorando de Entendimento de Cooperação Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	
Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua Relativo a Consultas Sobre Assuntos de Interesse Comum	
Memorando de Entendimento entre o Governo do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação Acadêmica	
Protocolo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Moçambicanos	
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área da Educação a Distância	
Eleição do Brasil para o Conselho do Grupo I da OACI (25 de setembro de 2007)	
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Letônia (26 de setembro de 2007)	
Protocolo de intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso sobre cooperação técnica na área do esporte	
Protocolo de intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso sobre cooperação técnica na área do futebol	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto “Escola de Todos”	
Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Angola para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos	

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul para cooperação nas áreas da administração pública e governança	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Cultural	
Memorando de Entendimento em Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul	
Diálogo de Parceria Econômica entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Secretaria de Estado dos EUA (13 de dezembro de 2007)	
Acordo de Cooperação em Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (Atos assinados por ocasião da Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia (17 de dezembro de 2007)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevidéu	
Constituição do Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (19 de dezembro de 2007)	
Brasil coordenará trabalhos da Comissão de Construção da Paz da ONU sobre Guiné-Bissau (20 de dezembro de 2007)	
<b>Tema</b>	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre Cooperação Cultural. Brasília, 29 de janeiro de 2008.	<b>1º Semestre de 2008</b>
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Educação. Brasília, 4 de abril de 2008.	
Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala. Brasília, 4 de abril de 2008.	

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural. Brasília, 27 de maio de 2008.	
Parceria Brasil-Reino Unido em Ciência e Inovação 12/03/2008	
Comissão de Cooperação Brasil-Ucrânia	
Reunião entre a Agência Brasileira de Cooperação e Agência Suíça de Cooperação – Brasília, 1º de outubro de 2008 (04/10/2008)	
Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo (04/10/2008)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Adoção pela República do Peru do Sistema de TV Digital ISDB-T (23/04/2009)	<b>1º Semestre de 2009</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Acordo de cooperação em TV Digital entre Brasil e Argentina-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de acordo de cooperação em TV Digital entre Brasil e Argentina - Bariloche - Argentina, 28/08/2009	<b>2º Semestre de 2009</b>
Sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) - Copenhague, Dinamarca, 02/10/2009	
Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia (14/10/2009)	
Promoção comercial do Brasil na África: Feira Internacional de Lomé e Feira Internacional de Bamako (25/11/2009)	
Inauguração de página eletrônica sobre a participação do Brasil na COP-15 (07/12/2009)	
Adesão do Brasil como Membro Especial da Corporação Andina de Fomento (CAF) (08/12/2009)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais. 20/01/2010	<b>1º Semestre de 2010</b>

<p>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Plano de Desenvolvimento Turístico do Departamento de Río San Juan”. 30/01/2010</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Ministério Das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores do Cameroun sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas. 09/02/2010 Memorando de Entendimento entre o Ministério Das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores do Cameroun sobre Cooperação Esportiva. 09/02/2010</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de Transportes e Telecomunicações da República do Chile sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre. 12/02/2010</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a Suas Vítimas. 23/02/2010</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Colaboração no Setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações. 24/02/2010</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do Sistema de Educação Superior do Haiti. 25/02/2010</p>	
<p>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti”. 25/02/2010</p>	
<p>Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países. 03/03/2010</p>	

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate a Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas. 15/03/2010	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, para o Desenvolvimento do Turismo. 17/03/2010	
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área do Esporte entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina. 17/03/2010	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como Anfitriões das Olimpíadas. 25/03/2010	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para Cooperação Esportiva. 09/04/2010	
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana. 12/04/2010	
Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e o Principado de Mônaco. 14/04/2010	
Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2010-2012. 16/04/2010	
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China para o Estabelecimento de Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual no Âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. 16/04/2010	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação na Área de Esporte. 22/04/2010	

Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa. 18/05/2010	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia sobre Cooperação Esportiva. 24/05/2010	
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia. 27/05/2010	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o	
Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas”. 28/05/2010	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil	
e o Governo da República Italiana sobre Cooperação na Área do Esporte. 29/06/2010. Situação especial - ver observações	
Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana para o Período de 2010-2013. 29/06/2010	
Consulta Pública sobre o Regimento Interno do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (11/08/2010)	
Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai (19/08/2010)	
Encontro internacional sobre o sistema eleitoral brasileiro (01/10/2010)	
VI Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Política e Tecnológica (06/10/2010)	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

#### 3.4.4 Missões e Ajuda Humanitária

As missões e ajuda humanitária são assuntos delicados. Ao ponto de que há autores que as defendem como sendo o lado mais humano da política internacional, já outros as criticam por estarem permeadas de interesses e hipocrisias. Tal questionamento é válido.

Entretanto, trata-se de uma questão ampla e profunda. Logo, para um maior recorte do tema, o presente trabalho terá como pretensão analisar a ótica estratégica cultural que as missões podem proporcionar ao país que oferece a ajuda humanitária internacional, visto que elas fazem parte da difusão cultural e projeção internacional. Geralmente, essa abordagem parte de um país que tem simpatia com os princípios da ONU.

Essa abordagem está no âmago da decisão brasileira de participar, desde 2004, da ação coletiva sob o mandato das Nações Unidas. Do nosso ponto de vista, a segurança, a assistência humanitária e o desenvolvimento social e econômico não podem ser encarados separadamente RESENHA... (2010, p. 57).

Diante do exposto, o Brasil como sendo um membro da ONU se propõe a contribuir para ações de paz e ajuda internacional. Um exemplo da diplomacia cultural brasileira, a qual buscou a promoção de uma aproximação positiva entre nações, refere-se a seleção brasileira de futebol no Haiti:

No caso das tropas do Brasil, esta aproximação positiva com a população local, especialmente forte, beneficia-se de uma afinidade cultural e até étnica entre brasileiros e haitianos. Menos conhecida do que o entusiasmo haitiano pelo futebol brasileiro é a circunstância histórica de que o Brasil e o Haiti compartilham numerosos descendentes de escravos oriundos do antigo Daomé, atual Benim: daí, por exemplo, as semelhanças entre os ritos do candomblé brasileiro e do vodu haitiano (PATRIOTA, 2010, p. 71).

A ênfase que a ajuda humanitária proporciona ao país, encontra-se nessa forma *soft* de se aproximar do país em que está “ajudando”. Tal fato promove uma relação cultural que pode haver entre eles ou somente insere e familiariza a cultura do país que realiza a missão no que irá a receber. Também há um viés de patriotismo, o que ajuda na difusão cultural trazendo um sentimento de estar fazendo o bem. Outro ponto, é que o país que realiza a ajuda humanitária se projeta no cenário internacional como um país mais atuante e ativista dessas causas humanitárias.

Por fim, as missões humanitárias irão repercutir em uma maior abertura da política externa desses países que irá além de questões culturais, visto que esta é somente o meio estratégico de obtenção de poder da política externa. Abaixo se encontra o levantamento bibliográfico das ajudas humanitárias que o Brasil realizou nos governos Lula.

Quadro 4 – Missões e Ajuda Humanitária nos Governos Lula

<b>MISSÕES E AJUDA HUMANITÁRIA</b>	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Missão de Paz no Haiti-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti, na Base Aérea de Brasília, em 31 de maio de 2004	<b>1º Semestre de 2004</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Nota conjunta à Imprensa - Governo Federal enviará ajuda humanitária à região da Caxemira (18/10/2005)	<b>2º Semestre de 2005</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Ajuda humanitária à Bolívia (24 de fevereiro de 2006)	<b>1º Semestre 2006</b>
Assistência humanitária ao Equador (29 de março de 2006)	
Assistência Humanitária ao Suriname - Envio de Helicóptero Cougar do Exército Brasileiro (14 de maio de 2006)	
Ajuda Humanitária ao Suriname (15 de maio de 2006)	
Missão Brasileira ao Timor Leste (30 de junho de 2006)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Assistência humanitária à Bolívia (2 de março de 2007)	<b>1º Semestre de 2007</b>
Missão de observadores brasileiros à eleição presidencial em Timor-Leste (5 de abril de 2007)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Ajuda humanitária ao Peru (22 de agosto de 2007)	<b>2º Semestre de 2007</b>
Assistência humanitária brasileira à Jamaica (24 de agosto de 2007)	
Ajuda humanitária às vítimas do furacão Félix na Nicarágua (14 de setembro de 2007)	
Brasil envia assistência humanitária ao México (13 de dezembro de 2007)	
Ajuda humanitária para o atendimento a refugiados colombianos no Equador (13 de dezembro de 2007)	
Brasil envia assistência humanitária aos refugiados no Panamá (14 de dezembro de 2007)	



<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Assistência humanitária a Moçambique e Zâmbia 12/02/2008	<b>1º Semestre de 2008</b>
Doação de alimentos às vítimas de enchentes na Bolívia 28/02/2008	
Assistência humanitária a Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Zâmbia 07/03/2008	
Auxílio brasileiro ao Haiti (06/09/2008)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Assistência a brasileiros na Faixa de Gaza (05/01/2009)	<b>1º Semestre de 2009</b>
Doação humanitária à Palestina (23/01/2009)	
Assistência humanitária a Cuba, Haiti e Honduras (06/02/2009)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Assistência humanitária ao Paquistão (02/07/2009)	<b>2º Semestre de 2009</b>
Assistência Humanitária ao Sri Lanka 24/07/2009	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Assistência humanitária à Guatemala (08/07/2010)	<b>2º Semestre de 2010</b>
Assistência humanitária ao Iraque (14/07/2010)	
Assistência humanitária aos refugiados dos campos de Tindouf (26/07/2010)	
Assistência humanitária aos refugiados colombianos no Equador (30/07/2010)	
Assistência humanitária ao Paquistão (06/08/2010)	
Missão brasileira a Cuba (06/11/2010)	
Assistência do Governo brasileiro ao Haiti (25/11/2010)	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para Provimento de Assistência Humanitária (13/09/2010)	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

### 3.4.5 Prêmios Internacionais

Os prêmios internacionais são vistos como um reconhecimento de excelência em um determinado campo de serviço prestado. Tal mérito reconhecido a um Estado, impulsiona a sua imagem internacionalmente. O Brasil recebeu diversos prêmios internacionais nos períodos (2003-2010). Esse fato pode ser analisado de acordo com o mérito das escolhas e ações desse governo. Portanto, a escolha da ótica mais diplomática, pacífica e cultural como um instrumento de política externa contribuiu para a promoção de uma boa imagem internacional.

Quadro 5 – Prêmios Internacionais nos Governos Lula

<b>PRÊMIOS INTERNACIONAIS</b>	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Prêmio Binacional das Artes e Cultura Brasil-Argentina (9 de agosto de 2004)	<b>2º Semestre de 2004</b>
Resultado do Concurso Internacional de Monografias Machado de Assis (11 de maio de 2006)	<b>1º Semestre de 2006</b>
Cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006” Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”, Nova York, Estados Unidos, 19 de setembro de 2006	<b>2º Semestre de 2006</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Prêmio Nobel da Paz - Mensagens de congratulações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (13 de outubro de 2007)	<b>2º Semestre de 2007</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Prêmio Nobel de Economia - Mensagem de Congratulações do Ministro Celso Amorim (13/10/2008)	<b>2º Semestre de 2008</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Prêmio Mundial das Telecomunicações e Sociedade da Informação Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à sede da União Internacional de Telecomunicações (UIT), onde foi agraciado com o Prêmio Mundial das Telecomunicações e Sociedade da Informação. Genebra, Suíça, 15/06/2009	<b>1º Semestre de 2009</b>

Concessão do Prêmio Mundial de Telecomunicações e Sociedade da Informação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (18/05/2009)	
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Prêmio Woodrow Wilson for Public Service - Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em jantar de entrega do prêmio Woodrow Wilson for Public Service - Nova York-EUA, 21/09/2009	<b>2º Semestre de 2009</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Prêmio Estadista Global do Fórum Econômico Mundial- Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante entrega do Prêmio Estadista Global do Fórum Econômico Mundial – Davos, 29/01/2010	<b>1º Semestre de 2010</b>
<b>Tema</b>	<b>Período</b>
Entrega do prêmio “Bravo Business” ao Ministro Celso Amorim (28/10/2010)	<b>2º Semestre de 2010</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

### 3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A análise dos quadros acima (quadros 1 a 5) contribui para um detalhamento sobre o caminho percorrido pela política exterior dos governos Lula. Este governo objetivava inserir o Brasil como ator relevante na agenda internacional. Assim, faz-se importante compreender quais foram os indicativos desse panorama transcorrido no quadro de atuação do MRE, para que houvesse o estabelecimento da relação do Brasil com as principais regiões do globo, por exemplo com a Ásia, Oriente Médio, União Europeia, América do Norte, América Latina e Caribe e, por fim, com a África.

Inicia-se com a relação Brasil e Ásia no período Lula, nota-se uma contribuição em parcerias e acordos internacionais estabelecidos entre o Brasil com os principais líderes asiáticos, por exemplo com a China, Rússia, Japão, Índia e Coreia do Sul. A concretização dessas ações pode ser vista; na 14ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-China; na inauguração do centro de estudos Brasileiros em Pequim, na China; em escolas de futebol Brasileiro na Rússia ( Festival de Cultura Brasileira em Moscou); na I reunião do grupo de trabalho conjunto Brasil-Japão sobre TV digital; no centenário da imigração japonesa no Brasil 137 (2008); no festival de cultura brasileira na Índia e, por fim, sobre o site eletrônico do cinquentenário das relações Brasil-Coreia do Sul.

A execução das ações políticas citadas acima, indicam que as diretrizes de política externa dos governos Lula buscaram a diversidade em parcerias não tradicionais, por exemplo com a região asiática. Logo, a presença em diversas regiões, permitiu ao Brasil uma maior abertura para a execução de uma política externa mais autônoma e o fato do da projeção cultural brasileira pelo mundo, contribuiu com uma aproximação com os países emergentes de regiões como a Ásia, aumentando o nível de confiança para futuros acordos internacionais.

No campo do Oriente Médio, os governos Lula se destacaram pela forma de não intervenção, sendo um contraponto, por exemplo, com o posicionamento tradicional dos Estados Unidos disseminando a securitização dos temas internacionais como para a justificativa de suas intervenções no Oriente.

A intensificação da relação Brasil e Oriente Médio, pode ser vista através do acordo entre o Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais, pois o visto, segundo o MRE é um documento concedido pelas representações consulares do Brasil no exterior que possibilita a expectativa de ingresso e estada de estrangeiros no território nacional, desde que satisfeitas as condições previstas na legislação vigente. Assim, esse compartilhamento causa uma aproximação de confiança entre ambas as nações. Houve também o estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre Síria e Líbano, além de um memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Catar sobre o desenvolvimento do turismo.

Diante do exposto, nota-se que Lula optou pela aproximação e a abertura de diálogo perante a diversidade cultural, política, religiosa e econômica que há na região oriental. Este fato indica a utilização da diplomacia, especialmente sobre a questão de tolerância e projeção cultural brasileira como um mecanismo de aproximação entre nações, proporcionando a construção de uma imagem positiva do Brasil, alcançando um dos seus objetivos desse país ao se projetar como pacífico e aberto para as diferenças trazendo intenções de paz para uma das regiões considerada mais conflituosa do globo, sendo um indicativo internacional para pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança.

A relação Brasil e União Europeia nos governos Lula, manteve-se de acordo com a tradição da política externa brasileira; a Europa permaneceu como um parceiro importante na agenda internacional.

Diante disso, os quadros acima (quadros 1 a 5) exemplificam a relação Brasil-União Europeia em torno de acordos empresariais, diálogo político e execução de parcerias científica/ acadêmica, por exemplo: em seminário empresarial entre o Brasil e os Países

Baixos; em diálogo político realizado pelo Brasil-União Europeia, prolongando-se para um II Diálogo Brasil-UE sobre sociedade da informação “Brasil-Itália: Novas Parcerias Estratégicas”; atuação na V reunião de cúpula da parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia; além da parceria Brasil-Reino Unido em ciência e inovação.

No âmbito das Américas, as relações entre os EUA e o Brasil estão entre as mais antigas do continente americano, sendo os EUA um dos primeiros a reconhecer a independência brasileira. Os EUA sempre se posicionou a favor de manter comércio com o Brasil e um ponto a se destacar no continente foi a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) proposta dos EUA que por sua vez não foi efetivada, visto que só existiu sua intenção para a sua criação, porém esta não vingou. O objetivo da ALCA partia da ideia de ampliar o poder estadunidense de influência econômico- comercial na região. Ambos os países mesmo se posicionando de formas diferentes no cenário internacional ainda mantiveram suas relações cooperativas em organizações multilaterais como as Nações Unidas.

Entretanto, para a América, na era Lula houve um enfoque de sua política externa para o fortalecimento do Sul. Nota-se tal fato por haver poucos acordos entre Brasil- EUA, os quais eram pautados em temas gerais, como os comerciais, um exemplo seria o acordo de diálogo de parceria econômica entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Secretaria de Estado dos EUA.

Este cenário é um reflexo das preferências políticas de Lula para a região da América-Latina e Caribe, nota-se este fato ao se comparar com a quantidade e a diversidade de acordos traçados entre a região da América do Norte com o restante da América. Isso indica que o governo de Lula foi marcado pela construção de uma política mais autônoma e ativa para a região da América.

No âmbito da América Latina e Caribe, houve uma construção de diretriz de política externa, nos governos Lula, voltada para a integração sob a liderança brasileira, visto que isso foi um dos pilares mais importantes da política externa brasileira desse período.

Estimulamos empreendimentos conjuntos e fomentamos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul [...]. RESENHA... (2003. p. 18).

Segundo Amorim, Lula prometeu desde o primeiro dia, unir o continente sul-americano através do comércio, estabelecer o fortalecer em infraestrutura e a abertura para um

diálogo político. Este fato pode ser comprovado pela ampla diversidade de acordos traçados com os países latinos. RESENHA... (2003).

Alguns exemplos podem ser citados, como o Memorando de entendimento para a promoção do comércio e dos investimentos entre o Governo brasileiro e o colombiano, juntamente com o memorando de entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Colômbia sobre cooperação entre as academias diplomáticas de ambos os países; Houve também a inauguração da ponte de integração entre Brasil e Peru; uma celebrações do Centenário das Relações Diplomáticas do Brasil com os Países da América Central e, por fim, especificamente no Caribe, a proposta de um protocolo de intenções entre o Governo brasileiro e o Governo da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Educação.

Seguindo esse viés das relações do sul global, no que diz respeito a relação África - Brasil, nota-se que Lula propôs alianças privilegiadas em relações multilaterais com esse continente, especialmente os de língua portuguesa, sendo um dos seus pilares não somente as relações econômicas, como também o resgate da dívida humana, social e cultural que o Brasil tem com esses países africanos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Para a execução desse viés, Lula pautou suas diretrizes de política externa em alguns acordos no âmbito sanitário na África, especialmente em Moçambique. Além de outros compromissos como, o acordo entre Brasil e Senegal sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos ou de serviço e o programa executivo cultural entre o Brasil e o Senegal para o período de 2005 a 2008.

Outro ponto a se considerar, parte do princípio das missões de ajuda humanitária realizadas pelo Brasil nos períodos Lula. Estas são majoritariamente para a América-Latina, Caribe e África, este fato demonstra que o Brasil buscou realizar a ajuda humanitária de cunho a se projetar no cenário internacional como um país mais atuante e ativista dessas causas humanitárias, visto que estas irão repercutir em uma maior abertura para acordos diversificados na política externa dos países dessas regiões receptoras de “ajuda”. Vale ressaltar, que há uma visão crítica sobre a ajuda humanitária ao estabelecer um assistencialismo entre um país desenvolvido para um subdesenvolvido. O Brasil realizou ações de assistência humanitária, especialmente com a África e América Latina, como em Cuba, Haiti e Honduras (2009), Bolívia (2007) e, por fim, assistência humanitária a Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Zâmbia (2008).

Objetivando maior projeção internacional, houve uma diversificação da agenda de política externa brasileira para estar mais presente e atuante em diversos temas realizados em

eventos de relevância internacional, este fato demonstra um ponto importante da diretriz política do presidente, visto que ele procurou colocar outros países na agenda do Brasil para se abrir reciprocamente oportunidades do Brasil estar na agenda de outros países também.

Alguns exemplos a serem considerados da relação Brasil-África são: o Fórum IBAS; Consultas Conjuntas do Brasil e da Índia com a União Europeia (2010); Eleição do Brasil à Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (2006); Eleição do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC- 2007); Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (2009); Abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS); temas de interesse global 65, no qual o Brasil sedia primeira reunião de vice-ministros das Relações Exteriores dos BRICS e por fim, a sessão de apresentação da candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional. Além de que a execução de almoços em homenagem a diferentes presidentes de diversas localidades do globo, aumentando o poder de aproximação e presença do Brasil no cenário internacional.

No que diz respeito às viagens internacionais, sendo representadas por realização e recebimento de visitas entre presidentes e chanceleres, estas podem ser analisadas como um indicador das preferências políticas governamental. Diante disso, Lula começou seu governo com pouco mais de 10 visitas internacionais indo para mais de 110 no último mandato em 2010. No primeiro ano de seu mandato, o presidente estreitou laços com a América- Latina, visto que a primeira visita presidencial ao Brasil foi do presidente da Argentina (2003), posteriormente as outras vieram por visita dos presidentes da Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela (2003).

Já no último mandato, houve um foco para estreitar relações com o continente africano, como na visita do Presidente Lula à Guiné Equatorial (2010); a obtenção de atos assinados por ocasião da visita por Lula ao Quênia – Nairóbi (2010); atos assinados por ocasião da visita do presidente do Brasil à África do Sul (2010). Em um segundo plano vieram as visitas à América Latina, por exemplo, com atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (2010).

Diante disso, nota-se que Lula demonstrou sua preferência governamental para o estreitamento com as relações Sul-Sul. Isso permitiu ao Brasil uma maior visibilidade estratégica para essa região, portanto, houve uma abertura para a diversidade de acordos internacionais entre o Sul global. Nota-se a estruturação de uma aliança entre os países emergentes, tal união proporcionou um espaço de fala dessas regiões em negociações internacionais perante os países considerados mais desenvolvidos. Neste sentido, há um destaque oferecido ao Brasil como o protagonista desse processo.

Conclui-se que os prêmios internacionais atribuídos ao Brasil, nos governos Lula, seriam uma formalidade simbólica de um reconhecimento internacional que pode ser analisado de acordo com o mérito das escolhas e ações desse governo. Portanto, a escolha da ótica mais diplomática, pacífica e cultural como um instrumento de política externa contribuiu para a promoção de uma boa imagem internacional.

Trazemos à luz os exemplos: a entrega do prêmio “*Bravo Business*” ao Ministro Celso Amorim, em 2010, da revista *Latin Trade*, na categoria “*Innovative Leader of the Year*” e a entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”, Nova York, Estados Unidos, 2006. Este, refere-se a um prêmio concedido pelo Fórum Econômico Mundial visando premiar Chefes de Estado com atuação de liderança econômica e política de destaque e importância mundial, especificamente, no caso de Lula a homenagem deve destaque pela atuação do dirigente em áreas como a erradicação da pobreza. RESENHA... (2010).

Por fim, a política exterior dos governos Lula foi dinâmica ao optar pela utilização da diversidade regional e pela diversificação sobre os temas escolhidos para os acordos internacionais, adaptando-os aos interesses em comum que o governo brasileiro tinha com cada região do mundo. Este fato proporcionou ao Brasil um papel de destaque nas relações Sul-Sul, como um global player, especialmente na América- Latina. Assim, como foi dito por Amorim, Lula conseguiu realizar uma política externa mais autônoma e ativa em seus governos. Neste sentido, no próximo capítulo realiza-se uma análise que exemplifique em âmbito continental como foi o impacto econômico que se resultou das diretrizes de política externa do Brasil desse período (2003-2010).



## 4 ECONOMIA DO BRASIL NOS GOVERNOS LULA

O presente capítulo aborda a contribuição da diplomacia cultural e da construção de uma imagem Sul- Sul para a projeção dos objetivos econômicos da política do período. Especificamente analisa- se qual foi a contribuição dos eventos internacionais para os dividendos econômicos do país e como a construção da imagem brasileira no âmbito internacional potencializou esses ganhos. Aborda-se também como a orientação ao Sul Global promoveu a participação do Brasil em coalizações e grupos como o BRICS.

O capítulo também abrange a partir da orientação Sul- Sul do perfil brasileiro no cenário internacional, uma análise da balança comercial brasileira no período. Para tal análise foi considerado um país de cada continente, saber: América (Argentina), África (África do Sul), Ásia (China), União Europeia (Alemanha) e, por fim, para o Oriente Médio (Irã).

### 4.1 CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DOS EVENTOS INTERNACIONAIS

Os governos Lula optaram pela participação em megaeventos internacionais como expressão de projeção internacional, visto que estes trazem como consequência a difusão da cultura nacional do país sede desses eventos. Este processo está intrínseco às diretrizes da política exterior do Brasil nos períodos Lula. Assim, a razão para que essa candidatura brasileira em megaeventos fosse viabilizada, encontra-se pela atribuição da cultura em uma posição central na denominada diplomacia de influência.

No âmbito econômico, os eventos internacionais, quando bem administrados, podem oferecer um saldo positivo no orçamento do país. Para este viés, faz-se relevante analisar o caso das olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.

Segundo o Instituto de Diplomacia Cultural, o esporte, aplicado nas relações internacionais contemporâneas, está diretamente relacionado ao desenvolvimento do Estado. Desta forma, Lula buscou colocar o Brasil como um jogador de destaque no cenário internacional (DE RESENDE, 2010).

A política externa do Presidente Lula trouxe muitas novidades à PEB, e a principal dela talvez tenha sido a busca incessante por posicionar o Brasil na linha de frente das principais questões internacionais. A candidatura para sediar as Olimpíadas de 2016 pode ser entendida como exemplo de caso dessa nova postura de não participar do jogo político internacional apenas para jogar, mas para vencê-lo. Os historiadores que vierem a se debruçar sobre a política externa do Presidente Lula não devem se furtar de analisar a

diplomacia da bola, interessante aspecto da inserção internacional do Brasil no período 2003-2010 (DE RESENDE, 2010, p. 41).

Para a escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o positivo movimento econômico brasileiro foi um dos pontos levantados pelo Rio nos argumentos de defesa para sediar os jogos. E fizeram jus aos aspectos, visto que o Brasil em sua candidatura às olimpíadas, desfrutava de um cenário de estabilização econômica e, segundo o Fórum Econômico Mundial, era o país que mais havia aumentado sua competitividade no mesmo período, ganhando oito posições entre outros países.

Em 2 de outubro de 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Este fato aponta que o Brasil seria o primeiro país a sediar uma Olimpíada na América do Sul, sendo mais um indicativo de ser o país com liderança no sul global, visto que “na era da globalização, os megaeventos esportivos passaram a ser considerados meios estratégicos para modernizar a infraestrutura urbana e posicionar uma cidade ou região como centro nodal dos fluxos econômicos internacionais” (HALL, 2006, p. 64, apud PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 14).

De acordo com Durán (2016), ao partir do princípio de um cenário positivo, é possível citar alguns dos principais benefícios, que um país pode obter ao ser sede dos Jogos Olímpicos. Dentro dos citados pelo autor estão: um crescimento direto na atividade econômica, aumento no investimento na área de construção (espaço esportivos, hotéis, aeroportos, restaurantes e vila olímpica); desenvolvimento do setor de tecnologia de ponta na área de comunicação e transporte; intercâmbios culturais no setor turístico; e, por fim, a projeção internacional do país sede.

Os benefícios citados por Durán coincidem com as diretrizes de política externa de Lula. Este fato fez com que os eventos internacionais obtivessem um destaque para as escolhas de política externa brasileira.

No que tange à criação de emprego em megaeventos, deve-se considerar a análise do termo proposto por Frutos Torres de “emprego induzido”. Este explica a possibilidade de um impacto da criação de emprego de forma indireta na economia. Um exemplo, foi devido ao alto fluxo de turistas que se estima durante a celebração dos jogos olímpicos, proporcionando um crescimento para novos postos de trabalho na medida que há um aumento na demanda potencial de turistas (FRUTOS TORRES, 2014).

Seguindo esse viés, em resumo sobre os principais resultados, nota-se “que para cada US\$ 1,00 investido no evento seriam movimentados outros US\$ 3,26 em cadeias produtivas

correlacionadas, uma vez que o multiplicador de produção apurado, considerando-se uma taxa de desconto de 3% a.a., é de 4,26” (FIA; FIPE, 2009, p. 23, apud PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 140).

Tendo em vista as olimpíadas anteriores, estimou-se que no Rio 2016 geraria cerca de 127.000 novos postos de trabalho incluindo tanto as relações diretas como as induzidas pela consequência de fatos (FRUTOS TORRES, 2014). O autor também realizou uma análise comparativa sobre os impactos gerais da economia de países que sediaram as Olimpíadas anteriores a do Rio 2016 e como isso se refletiu no Brasil no impacto para o setor turístico.

Tabela 1 – Impactos en el empleo Rio 2016

	<b>Empleo (nº empleados)</b>	<b>Ponderado</b>
<b>Barcelona 1992</b>	59328	5932.8
<b>Atlanta 1996</b>	77000	6930
<b>Sydney 2000</b>	60000	15000
<b>Atenas 2004</b>	80000	800
<b>Beijing 2008</b>	1800000	720000
<b>Londres 2012</b>	78000	11700
<b>Rio 2016e</b>		<b>126727</b>

Fonte: FRUTOS TORRES, 2014, p. 62.

Tabela 2 – Impacto turístico Rio 2016

	<b>Impacto del turismo (nº de turistas)</b>
<b>Barcelona 1992</b>	1874000
<b>Atlanta 1996</b>	6695000
<b>Sydney 2000</b>	4900000
<b>Atenas 2004</b>	3150467
<b>Beijing 2008</b>	5500000
<b>Londres 2012</b>	4500000
<b>Rio 2016e</b>	<b>4436578</b>

Fonte: FRUTOS TORRES, 2014, p. 65.

A estimativa conforme as tabelas 1 e 2 demonstrava um otimismo para a criação de emprego direto no setor turístico e indireto durante as olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Além disso, os benefícios dos megaeventos podem ser encontrados, em diversos ramos de atividade como:

[...] construção (10,5%), serviços imobiliários e aluguel (6,3%), serviços prestados às empresas (5,7%), petróleo e gás (5,1%), serviços de informação (5,0%) e transporte, armazenagem e correio (4,8%). Os impactos em termos de valor adicionado na economia, neste longo período, se dividiriam entre a Região Metropolitana (39,4%), o restante do estado do Rio de Janeiro (7,5%) e o resto do País (53,1%) [...] (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 141).

Os megaeventos contribuem com legados ao país. Desta forma, a proposta encaminhada pelo Brasil ao Comitê Olímpico Internacional enfatizou os legados esperados em dois eixos norteadores principais: a) inclusão social, juventude, esporte e educação (Caderno de Legado Social); e b) regeneração urbana e meio ambiente (Caderno de Legado Urbano e Ambiental).

[...] a ideia do legado é difícil de ser especificada com precisão, visto que se refere tanto a bens tangíveis como as obras que são realizadas na cidade ou em elementos intangíveis, por exemplo, na imagem da nação no exterior que permanece após a realização do megaevento e que pode durar por muitos anos. [...] Os legados podem ser examinados em várias dimensões: infraestrutura urbana, economia, conhecimento, imagem, cultura, meio ambiente e qualidade de vida. Alguns são mais fáceis de serem identificados, ao passo que outros são mais subjetivos (MAZO; ROLIM; DACOSTA, 2008, apud PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 92).

Diante disso, o conceito de “legado” decorrente de megaeventos, em termos esportivos está firmemente focado em resultados “não esportivos”, que constituem relevante fonte de legitimidade para receber os Jogos. Assim, não há dúvida de que a questão dos legados de megaeventos esportivos pode ser examinada a partir de diferentes pontos de vista.

Para uma maior exemplificação, segue o quadro abaixo, o qual demonstra algumas possibilidades de legados para os megaeventos esportivos deixado a um país (PRONI, FAUSTINO; SILVA, 2014).

## Quadro 6 – O Legado de Megaeventos Esportivos

**QUADRO 2**  
**O que a literatura identifica como legados de megaeventos esportivos**

Positivos	Negativos
Melhoria da infraestrutura de transportes	Elevação dos custos de construção
Revitalização urbana	Gasto com obras não prioritárias
Reputação internacional	Endividamento do setor público
Crescimento do turismo	Problemas temporários de aglomeração
Geração de empregos adicionais	Redução momentânea de visitantes regulares
Oportunidades de negócios locais	Aumento do aluguel de imóveis
Atração de empresas	Caráter temporário dos empregos gerados
Marketing da cidade	Caráter temporário dos negócios abertos
Aumento do bem-estar social	Desapropriações socialmente injustas
Aprimoramentos institucionais	
Renovação do espírito comunitário	
Cooperação inter-regional	
Produção ou difusão de ideias	
Produção ou difusão de valores culturais	
Educação	
Experiência e know-how	

Fonte: PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014.

Diante disso, aos autores concluem que o campo do investimento para a infraestrutura poder dividido em seis áreas principais: transporte (50%), saneamento (12%), energia (8%), segurança (7%), hospedagem (8%) e núcleo olímpico (10%). Nota-se que o orçamento previsto para a construção ou reforma de instalações esportivas (4%), do centro de imprensa (2%), da Vila Olímpica (4%) e de outras vilas (8%), totalizava apenas 18% dos gastos com infraestrutura.

Por outro lado, os administradores de eventos internacionais juntamente com os chefes de Estado devem estar atentos à uma ótica crítica sobre os impactos dos eventos internacionais em seus Estados. Neste sentido Proni, Faustino e Silva ressaltam que,

[...] é preciso entender que os megaeventos esportivos não podem ser vistos como “panaceia” para problemas econômicos e sociais, como parecem acreditar alguns dirigentes e políticos, ainda que tenham contribuído para gerar um ambiente de otimismo e resgatar a confiança no desenvolvimento do País (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 143).

Além disso, “análises econômicas baseadas em metodologia mais rigorosa sugerem que megaeventos como as Olimpíadas-2016 são ‘estratégias de alto risco’, que podem não contribuem de modo significativo para o desenvolvimento de um país (OLIVEIRA, 2011, p. 272, apud PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 143).

A análise mais rigorosa proporciona uma ótima mais interligada entre o compromisso de eventos internacionais com as diretrizes de política externa de um governo, visto que as questões abordadas para a construção do evento internacional devem estar pautadas nos compromissos que o governo propôs a ser alcançado para o seu país.

Seguindo esse viés, o presidente Lula realizou todos os processos necessários para a candidatura do Brasil nas Olimpíadas de 2016, este fato pode ser concretizado com sucesso porque dialogava com as propostas de política exterior de seu governo, sobretudo, no que tange aplicação da diplomacia cultural como mecanismo de política exterior, o que pode ser concretizado na escolha do Rio como cidade sede para o ano de 2016.

#### 4.2 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM AGRUPAMENTOS ECONÔMICOS (BRICS)

O presidente Lula tinha como diretriz de sua política externa o estabelecimento de uma participação ativa dentro de agrupamentos econômicos regionais, especialmente os com viés do Sul Global, um exemplo nesse sentido foi a criação e participação no BRICSS.

Especialmente os com viés do Sul Global, um exemplo nesse sentido foi a criação e participação no BRICS. O papel do Brasil na criação dos BRICS em 2006, foi protagonizado pelo presidente Lula ao optar pela concretização desse agrupamento econômico diversificado, em um período em que a diplomacia brasileira era muito ativa, este fato fazia com que o Brasil fosse visto como um parceiro atraente e pacífico. Além disso, Lula era visto como um personagem importante internacional pelo seu carisma presidencial, diante esta atuação, também permitiu com que seu país tivesse mais aceitação em uma presença internacional.

Seguindo esse viés, os BRICS exemplifica o papel do Brasil como sendo diplomático e estratégico usufruindo de um poder de articulação entre diferentes tipos de culturas, neste caso entre asiática, europeia, africana e latina. Nota-se que a forma com que o Brasil é visto faz parte de um fator importante da orientação escolhida pela política externa.

Segundo Bertonha (2013, p. 126), “a imagem do Brasil no mundo, em geral, é bastante positiva e, numa vizinhança sem grandes rivais, a ascendência brasileira pode se manifestar sem grandes problemas”, como foi visto na parceria entre a China, Rússia e Índia. Além de que estes Estados parceiros do Brasil ainda têm que lidar com situações internas potencialmente explosivas, enquanto a situação brasileira, mesmo sob conflitos internos, pode ser considerada mais tranquila.

Os BRICS mostram uma força econômica considerável através do rápido ritmo de seu crescimento, bem como minimizar os danos nas economias dos países membros após a crise

financeira em 2008. Além disso, o bloco possui uma força demográfica, pois é habitado por cerca de 3 bilhões de pessoas o que é equivalente de 42,1% do total de habitantes da terra. Em termos econômicos do capital, o bloco movimentou quase US\$ 200 bilhões em diversos projetos conjuntos em diversas áreas econômicas, comerciais e culturais sendo que o PIB dos BRICS em 2016 é cerca de US\$ 16,4 trilhões (ARMIJO, 2007).

A continuidade dessa parceria proporcionou aos governos posteriores membros dos BRICS um passo econômico importante com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank*), como ficou conhecido o banco dos BRICS, a ideia seria criar uma agência financeira comandada por países emergentes. O banco partia do princípio de investimento em infraestrutura sustentável em países emergentes.

O papel de influência que o Brasil desempenhou nos BRICS foi perceptível em vários âmbitos. Segundo Paulo Esteves, em uma entrevista ao actionAid Brasil, em 2017, apontou que “para o Brasil, os BRICS, é uma câmara de eco um instrumento para fazer com que a voz do Brasil seja mais ouvida no sistema internacional” (ESTEVES, 2017, [YouTube]). Não obstante, na mesma entrevista, Amorim diz que logo depois da criação do Banco dos BRICS e do fundo de contingência de reservas, o congresso americano aprovou uma reforma que oferecia uma melhora no sistema de cotas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, aumentando o poder de voto desses países (AMORIM, 2017, [YouTube]).

As ações citadas pelos entrevistados indicam a concretização da caminhada política ativa dos governos Lula, visto que proporcionou ao Brasil um posicionamento estratégico de influência ao propor reformas em grandes órgãos liderados por potência internacionais principalmente os Estados Unidos. Nesse sentido, geopoliticamente o agrupamento BRICS também significa uma alternativa à hegemonia estadunidense na Ordem Internacional.

#### 4.3 PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL EM ÂMBITO CONTINENTAL

O presidente Lula buscou estabelecer uma participação econômica do Brasil mais ativa em quase todo o globo, visto que ele optou por construir laços econômicos mais estreitos em Estados fora do *mainstream* da política tradicional traçada por governos anteriores estabelecendo parcerias estratégicas em quase todas as regiões.

Em uma entrevista para a TV GGN, o presidente Lula da Silva enfatiza que “sem política não há economia” e para a viabilidade dessa proposta de projeção do Brasil no cenário internacional, como um participante ativo da estruturação das relações econômicas globais que se desenham no comércio internacional. Lula utiliza a diplomacia cultural como

um mecanismo de política externa, visto que este proporciona uma aproximação e respeito com a diversidade cultural existente. Logo, essa interação resultou em aberturas de acordos em diversas temáticas, inclusive na ala comercial (SILVA, 2019, [YouTube]).

Segundo Saddiki (2009), a diplomacia cultural não significa somente a transmissão, difusão de cultura e valores nacionais, pois um elemento importante da diplomacia cultural também é o fato de escutar as demais nações do mundo.

Desta forma, a orientação de política externa por uma mudança, foi muito perceptível nos governos de Lula da Silva. Algumas de suas diretrizes foram:

(1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291).

Diante disso, faz-se relevante a realização de uma tabela que indique a diversidade que se construiu para relações econômicas de exportações e importações em dólares do Brasil nos anos de 2003 a 2010. Para exemplificar esse processo de comércio continental, segue a tabela abaixo, os dados foram obtidos através do Ministério da Economia Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Tabela 3 – Exportação e Importação Brasileira nos Governos Lula (2003-2010)

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO BRASILEIRA (Soma em US\$)		
CONTINENTES	2003	2010
ÁFRICA	2.854.720.052,00	9.254.769.973,00
AMÉRICA DO NORTE (México; EUA; Canadá)	20.396.248.536,00	25.336.030.489,00
AMÉRICA DO SUL	10.117.089.095,00	37.079.862.748,00
ÁSIA ( EXCLUSIVE ORIENTE MÉDIO)	11.758.332.454,00	56.463.096.628,00
CHINA, HONG KONG E MACAU	5.224.651.688,00	32.468.936.207,00
MERCOSUL	5.670.483.129,00	22.585.783.997,00
OCEANIA	348.432.908,00	661.810.261,00
ORIENTE MÉDIO	2.803.555.413,00	10.516.488.819,00
UNIÃO EUROPEIA	18.780.180.363,00	43.302.239.962,00

Fonte: Elaboração da autora com dados do MDIC (2019)<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Acesso em 2019 via link: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historic>



De acordo com os dados apresentados na tabela 3, este indica a forma com que o presidente Lula orientou sua política externa, voltada para o cenário internacional, se mostrando amigável ao diálogo e a multilateralização em diversas parcerias. Especificamente, no âmbito comercial, Lula conseguiu colocar o Brasil na dinâmica da agenda econômica de diversos Estados e regiões. Partiremos com a análise sobre a atuação do comércio brasileiro em âmbito continental, faz-se necessário o exemplo de um país, como sendo o representante de seu continente, que possa demonstrar a relação continental e bilateral do Brasil em cada região do globo.

Iniciamos com umas diretrizes políticas que Lula priorizou em seu governo, trata-se das relações Sul-Sul. Ademais da participação do Brasil em blocos econômicos, como no MERCOSUL, houve um fortalecimento das relações bilaterais entre os Estados do Sul.

Dentro desta, a América do Sul teve um espaço prioritário em sua agenda de comércio internacional, iniciando o governo com o saldo de exportação e importação em 10.117.089.095,00 dólares e o finalizando em 2003 em 37.079.862.748,00 dólares. Nota-se um estreitamento entre os laços comerciais com os países do Sul e para exemplificação desse estreitamento, iremos nos ater à relação Brasil e Argentina.

#### 4.3.1 Economia entre Brasil e Argentina

Lula optou pela construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina, como foi indicado pelas suas preferências de viagens para este país, logo em seu primeiro mandato. Essa relação tinha o objetivo criar um espaço regional de paz e de cooperação. Segundo o MRE, ao serem somadas as capacidades econômicas de ambos os países representaram cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul. Não obstante, nota-se que a Argentina ocupa o terceiro lugar no destino das exportações brasileiras.

Neste sentido, pode-se citar dois pontos importantes para a abertura comercial entre Brasil-Argentina. Primeiro foi o alinhamento político como membros do MERCOSUL e segundo pela proximidade geográfica de ambos os países.

O MRE também ressalta, algumas áreas beneficiadas pela parceria bilateral Brasil-Argentina, como o setor automotivo, que tem efeitos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

#### 4.3.2 Economia entre Brasil e África

Outro continente que Lula estreitou suas relações Sul-Sul, refere-se ao continente africano. Nota-se uma abertura de um novo capítulo nas relações Brasil-África, combinando uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Já em seu discurso de posse, Lula (..) destacou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa, que foi autodefinida como afirmativa e propositiva. Ao mesmo tempo em que o combate à pobreza adotava programas efetivos como o “Fome Zero”, as “políticas afirmativas” buscavam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Lula pautou sua política externa na África de uma forma singular ao apresentar essa relação como uma “obrigação política, moral e histórica”, sendo uma forma de conduzir a política externa brasileira diferente da que já havia sendo trazia para a África.

O segundo mandato de Lula foi marcado pela construção de uma agenda para o continente que fosse aberta para além das questões comerciais, políticas educacionais e sociais de inclusão, por exemplo, com as iniciativas de fomento do ingresso de negros nos quadros diplomáticos, através de bolsas para a preparação do concurso do Instituto Rio Branco. Diante disso, Lula buscou estabelecer um ciclo de cooperação multidimensional com os países africanos.

Visentini e Pereira (2008) ressalta que enquanto a oposição acusa o governo de “desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro”, as empresas brasileiras ganhavam espaço, consolidando sua presença, sobretudo, no que diz respeito a atuação da Petrobrás no continente. Logo, a cooperação com o Brasil, ao lado de inegáveis interesses materiais, traz elementos novos, como o combate à pobreza e às epidemias (especialmente do HIV-AIDS).

Houve a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas do Terceiro Mundo e a aliança ativa nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial multipolar e pacífico.

O aumento do comércio entre o Brasil e a África foi em um nível significativo. De acordo com a tabela 3 sobre exportação e importação brasileira, o início do ano de 2003 começa com 2.854.720.052,00 e é fechado em 2010 com 9.254.769.973,00 dólares. Essa relação teve ênfase, principalmente até 2008, quando a crise econômica mundial eclodiu e afetou praticamente todos os países do globo. Contudo, de acordo com dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a retração das exportações

brasileiras para o continente africano foi de 15%, menor do que a queda das exportações totais do país (FEDATTO, 2013).

Outro ponto importante da relação Brasil e África, parte do fato de que Lula e o presidente da África do Sul Jacob Gedleyihlekisa Zuma, mantiveram relações políticas econômicas convergentes, como pode ser visto nos estreitamentos dos laços dentro do Fórum IBAS, e posteriormente no BRICS.

Segundo o site da embaixada da República da África do Sul, entre os anos de 2006-2010, os principais produtos sul-africanos exportados para o Brasil foram: metais preciosos, carvão, motores, aço, ligas de ferro, hidrocarbonetos, autopeças, herbicidas e tebutiuron. Por outro lado, os principais produtos brasileiros exportados à África do Sul são: chassis e autopeças, automóveis, carne, açúcar, maquinário, equipamento elétrico, fumo, grãos, aço e plásticos.

Fedatto (2013), enfatiza que o Brasil, sendo um membro do Mercosul, assinou em 2003 um acordo comercial com a SACU (União Aduaneira da África Austral) com vistas a estabelecer uma área de livre comércio entre os dois blocos e teve, como passo intermediário, um acordo de preferências tarifárias fixas.

#### 4.3.3 Economia entre Brasil e Ásia

A relação Brasil e Ásia foi intensa nos governos Lula. De acordo com a tabela 3 sobre exportação e importação brasileira, a relação comercial em 2003 começou com 11.758.332.454,00 dólares finalizando o mandato do Lula com 56.463.096.628,00 dólares.

A aproximação com a Ásia trazia uma oportunidade de crescimento importante para o Brasil, visto que essa região apresentava a característica de um comércio com alto valor agregado. Assim, houve a busca em promover a imagem do Brasil como um parceiro atraente, o qual poderia oferecer possíveis consumidores e contribuiria com as necessidades de matéria prima para a região em questão.

Desta forma, a China será considerada, para essa análise, como um país representante desse continente. Segundo o MRE, as relações bilaterais entre Brasil- China têm-se caracterizado por notável dinamismo, ao ponto de estabelecerem uma "Parceria Estratégica". Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil proporcionando fontes de investimento externo para o País. O relacionamento vai além da esfera bilateral: Brasil e China têm mantido diálogo também em mecanismos como BRICS, G20, OMC e BASIC.

Além disso, a corrente de comércio Brasil-China ampliou-se de forma marcante entre 2001 e 2018 – passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 98,9 bilhões. Além disso, a China figura entre as principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, com destaque para o setor de infraestrutura (sobretudo na geração e transmissão de energia e nas áreas portuária e ferroviária) e para o setor de óleo e gás, com participação importante nos setores financeiro, de serviços e de inovação (MRE, República Popular da China).

#### 4.3.4 Economia entre Brasil e União Europeia

As exportações do Brasil com a União Europeia teve um saldo em 2003 de 18.780.180.363,00 dólares finalizando em 2010 em 43.302.239.962,00 dólares. Isso indica que Lula buscou permanecer com um comércio fortalecido entre o Brasil e os países europeus.

Para a exemplificação dessa relação multilateral, será considerada a relação Brasil e Alemanha. Segundo os dados do MRE houve um bilateralismo entre ambos os países alçando o nível de Parceria Estratégica, em 2002 considerado sólido, marcado pela convergência de percepções, valores e interesses. Não obstante A diáspora alemã no Brasil e brasileira na Alemanha, os interesses econômicos e comerciais, os laços históricos e culturais, e o papel de cada país em suas próprias regiões reforçam a vertente da contínua aproximação bilateral (MRE, República Federal da Alemanha).

Um exemplo em 2002 e 2003 foi a Assinatura de Acordos sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais. De acordo com os dados da Embaixada do Brasil em Berlim (site), houve um fluxo anual de investimentos diretos alemães no Brasil atingiu os seguintes totais nos últimos dez anos: US\$ 1,8 bilhão, em 2007; US\$ 1,0 bilhão, em 2008; US\$ 2,5 bilhões, em 2009; US\$ 538,0 milhões, em 2010; US\$ 1,1 bilhão, em 2011; US\$ 826 milhões, em 2012; US\$ 1,0 bilhão, em 2013; US\$ 1,6 bilhão, em 2014; US\$ 3,5 bilhão (2015); e US\$ 1,9 bilhão (2016).

#### 4.3.5 Economia entre Brasil e Oriente Médio

A relação de exportação e importação estabelecida entre o Brasil e o Oriente Médio teve um saldo em 2003 de 2.803.555.413,00 dólares fechando em 2010 em 10.516.488.819,00 dólares. Este fato demonstra que a política diplomática de Lula para essa região resultou em um intenso comércio aquecendo a balança comercial do Brasil com os países dessa região.

Lula conseguiu aquecer a balança comercial com uma das regiões mais conflituosas do globo, este fato foi possível devido a sua orientação diplomática de política externa projetada como um país que prioriza o diálogo e respeita a diversidade cultural.

Um exemplo a ser considerado, trata-se das relações entre Brasil- Irã. O presidente Lula têm intensificado os encontros diplomáticos com o Irã não se restringindo às trocas comerciais entre ambos os países, visto que buscou pelo estabelecimento de um diálogo sobre os direitos humanos e o programa nuclear iraniano, que rendeu sanções econômicas ao Irã.

Segundo o MRE as relações Brasil e Irã ganharam impulso com a intensificação das visitas de altas autoridades de ambos os países realizadas a partir dos anos 2000, incluindo troca de visitas presidenciais e diversas visitas ministeriais de ambos os lados. No plano bilateral, Brasil e Irã mantêm iniciativas de cooperação em diferentes áreas de interesse comum, como energia (hidroeletricidade e energias renováveis), ciência e tecnologia, capacitação industrial, temas sociais, educação, esportes e cultura. Ressalta-se a continuidade dessa relação mantida em até o último ano do governo Lula, com a visita em 2010 ao Irã.

#### 4.3.6 Economia entre Brasil e Oceania

A relação de exportação e importação entre o Brasil e a Oceania iniciou com um saldo de 348.432.908,00 dólares e finalizou em 2010 com 661.810.261,00 dólares. Uma balança comercial em um nível significativo e para exemplificar essa relação, será trazido à luz a política externa entre o Brasil e a comunidade da Austrália.

Segundo o MRE, em 2010 foi firmado o Plano de Ação Brasil-Austrália, parte integrante do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil-Austrália. Este objetivava a manutenção do mecanismo de consultas, a intensificação da cooperação em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália: comércio e investimentos; ciência e tecnologia; agricultura e assuntos sanitários e fitossanitários; cooperação para o desenvolvimento; mineração e energia, inclusive biocombustíveis; esportes; educação e treinamento; serviços financeiros; vistos; cultura; cooperação jurídica; segurança regional; meio ambiente e temas multilaterais.

Além disso, o MRE demonstra que como consequência aos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita do então chanceler Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em

Eventos Esportivos de Grande Porte, que sedimentou o apoio de Camberra aos grandes eventos esportivos que foram realizados no Brasil (Olimpíadas Rio 2016 e Copa 2014). Este fato reforça mais uma diretriz de política externa de Lula sobre a importância política e econômica do Brasil em eventos internacionais.

#### 4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Conforme os dados apresentados no capítulo 4, conclui-se que durante os governos Lula, houve uma estruturação de política exterior pelo viés da participação ativa, pela qual se pode aumentar a abrangência em relações comerciais, mesmo dentro das diversas regiões, políticas, sociais e econômicas existentes no mundo. Isso esteve diretamente relacionado com a construção da identidade Sul- Sul do Brasil como ator global e, portanto, com os resultados da diplomacia cultural no período.

A participação do Brasil em agrupamentos econômicos, como o BRICS, indica a proposta de transpor os limites comerciais e políticos tradicionalmente percorridos em governos anteriores sobre o posicionamento do Brasil entre a relação Ocidente e Oriente. Não obstante, a contribuição econômica dos eventos internacionais demonstra também um viés econômico benéfico ao país sede desses eventos, além da projeção da imagem do país no exterior.

Partindo do pressuposto de megaeventos bem administrado, desde a candidatura do país, nota-se que há uma centralidade da cultura desse país a atribuindo uma posição central na denominada diplomacia de influência internacional, pois tais eventos proporcionam uma constante troca de intercâmbios culturais que possibilita a projeção e construção de uma imagem positiva para o país sede.

No âmbito econômico é possível notar que também podem oferecer um saldo positivo no orçamento do Estado sede, sendo visível à curto prazo em áreas como hotelaria, transporte, restaurantes e aeroportos. Ao longo do tempo em obras de infraestrutura para o país, por exemplo, no desenvolvimento do setor de tecnologia de ponta, em comunicação e transporte.

Por fim, fez-se importante retratar o caminho percorrido pela economia dos governos Lula em um panorama continental, o qual indicou sua abertura comercial diplomática perante a diversidade, ao utilizar a diplomacia cultural como um meio de viabilizar esse caminho econômico proposto do Brasil para as outras nações do mundo nos períodos de 2003-2010.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação estabelecida entre cultura e política externa, mesmo que ela não constitua um fenômeno contemporâneo, faz parte de um elemento estruturante da política exterior de um Estado. Levando em consideração este fato, o presente trabalho de conclusão de curso, parte da análise das diretrizes de política externa estabelecidas nos governos Lula.

A análise da tese com o foco no Brasil permitiu vincular três elementos importantes das relações internacionais: o Estado, o governo e a política externa. Desta forma, o desenvolvimento desses três elementos demonstrou que o Brasil parte de um território com dimensões continentais e uma variedade de recursos naturais, além de manter uma ampla fronteira com diversos países, baseando-se em uma não intervenção. Portanto, um país geopoliticamente estratégico.

Outro ponto refere-se ao governo, no caso o de Lula, juntamente com a escolha de seu chanceler Celso Amorim, nota-se que houve uma construção de política externa autônoma e ativa, priorizando as relações Sul- Sul, projetando no Brasil um viés de liderança regional, assim ampliando sua atuação no cenário internacional como um global player. Logo, a estruturação dessa diretriz política pode ser vinculada a utilização da diplomacia cultural como um mecanismo de política externa.

Nesse sentido, a diplomacia cultural ao ser um instrumento que reforçou o entendimento mútuo e a confiança entre as nações, proporcionou uma diplomacia de influencia internacional. Logo a projeção cultural brasileira atingiu uma posição de destaque nos governos de Lula.

No que tange o prestígio internacional brasileiro, pode-se citar como exemplo a reunião do G20 (2009), na qual o presidente Barack Obama, dos EUA (um país consideravelmente influente do cenário internacional), referenciou um elogiar sobre a atuação diplomática de Lula ao dizer: “Esse é o cara” (OBAMA, 2017, [YouTube]). Este fato indica um dos prestígios internacionais alcançado pela diretriz política externa escolhida para o Brasil nesse período.

No campo da diversidade dos objetivos da política exterior, nota-se que a diplomacia cultural pode ser utilizada como um mecanismo importante para alcança-los. Por exemplo, no que tange as metas econômicas, parafraseando Lula “Sem política não há economia”. Desta forma, o capítulo 4 indicou que a projeção de uma diplomacia cultural “mais familiar e confiável” permitiu uma abertura para futuras negociações do Brasil entre nações marcadas por diferenças culturais, como a criação do BRICS. Além da ênfase oferecida às relações Sul-

Sul, como pode ser vista no MERCOSUL. Por fim, houve também a contribuição com a presença econômica do Brasil em âmbito continental.

Conclui-se, que a projeção internacional do Brasil, com o auxílio da diplomacia cultural, obteve um saldo positivo internacionalmente, visto que Lula realizou ações para dialogar com a diversidade- cultura, política, social e regional que há no mundo. Tal diversidade foi utilizada pelo presidente como uma possibilidade para estruturar novas diretrizes de política externa, o que sai do tradicionalismo em escolhas políticas até então aplicadas por governos anteriores, pois Lula buscou a construção e defesa da projeção mais autônoma e ativa do Brasil perante o cenário internacional.



## REFERÊNCIAS

- AGENCIA IBGE. **IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km<sup>2</sup>**. 27 out. 2012. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado; LEITE, Iara Costa. **O Primeiro Governo Lula e o Mercosul: iniciativas intra e extra-regionais**. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 6, n. 1, 2007.
- AMORIM, Celso. **Brazil and the Middle East**. *The Cairo Review of Global Affairs*, v. 2, p. 48-63, 2011.
- \_\_\_\_\_. [Vídeo] **Entre Vistas – Celso Amorim** (21 ago. 2018, 56m30s). Rede TVT. YouTube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jkw9xpXbDCM&pbjreload=10>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- \_\_\_\_\_. ESTEVES, Paulo. [Vídeo] **BRICS: o Brasil no bloco** (27 mar. 2017, 7m56s). ActionAid Brasil, YouTube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hFrwiUhmnbQ>>. Acesso em: 09 nov. 2019.
- ARMIJO, Leslie Elliott. **The BRICs countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: mirage or insight?** *Asian perspective*, p. 7-42, 2007.
- BERTONHA, João Fábio. **A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 112-130, 2013.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 set. 2019.
- CORRÊA, Fernanda das Graças. **A balança de poder sob a ótica de Kenneth Waltz: uma discussão da teoria sistêmica**. **Revista Interação**, v. 11, n. 11, out. 2017. ISSN 2357-7975. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/29398>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- COX, Robert G. **Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método**. **Millenium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- DE RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg. **O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir?** *Meridiano47*, 2010.
- DUQUE, G. Marina. **A Teoria de Securitização e o processo Decisório da Estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**. Universidade de Brasília Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2008.

DURÁN, Karla Iris Loya. **Impacto Económico de las Olimpiadas de Río de Janeiro 2016.** FINGUACH. **Revista de divulgación científica de la Facultad de Ingeniería de la Universidad Autónoma de Chihuahua**, v. 3, n. 8, p. 3-5, 2016.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. **Comércio na África do Sul.** Consulado Geral da República da África do Sul. Disponível em: <<https://www.africadosul.org.br/comercio>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ESTEVES, Paulo. [Vídeo] **BRICS: o Brasil no bloco** (27 mar. 2017, 7m56s). ActionAid Brasil, YouTube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hFrwiUhmnbQ>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

FEDATTO, Maíra da Silva. **A Fiocruz e a cooperação para a África no Governo Lula.** 2013. 118 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRUTOS TORRES, Pablo de. **Los efectos económicos de los Juegos Olímpicos: Río 2016.** **Repositorio Comillas.** Universidad Pontificia de Comillas, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/403>>. Acesso em: 22 out. 2019

GUIMARÃES, P. Samuel. **O mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana.** Comunicação e política, v. 25, n. 3, p. 169-189, 2007.

HERZ, Mônica. **Análise Cognitiva e Política Externa.** Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 16, n. 1, p. 75-89, jan/jun 1994. Disponível em: <[http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Herz\\_voll6n1.pdf](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Herz_voll6n1.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2019.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na análise de política externa.** **Contexto internacional.** Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 503-534, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292009000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MACHADO, Gabriel Luiz. **A difusão cultural brasileira como instrumento de política externa: estratégias contemporâneas.** Repositório Digital UFRGS, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71683>>. Acesso em: 17 set. 2019.

MILANI, Carlos et al. (Ed.). **Atlas da Política Externa Brasileira.** CLACSO, 2014.

MOREIRA, Bruna Bosi. **A Política Externa de Lula e as Relações Brasil-Ásia Central: Constrangimentos geopolíticos e hierarquia de interesses globais.** Conjuntura Austral, v. 7, n. 38, p. 47-59, 2016.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. Coleção Clássicos. IPRI, Editora UNB, 2003.

MRE – **Ministério das Relações Exteriores**. Site. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 12 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Investimentos no Brasil**. Embaixada Do Brasil em Berlim Disponível em: <[http://berlim.itamaraty.gov.br/pt-br/investimentos\\_no\\_brasil.xml](http://berlim.itamaraty.gov.br/pt-br/investimentos_no_brasil.xml)>. Acesso em: 08 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **República Popular da China**. MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **República Federal da Alemanha**. MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4801-republica-federal-da-alemanha>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Comunidade da Austrália**. MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4833-comunidade-da-australia>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ. **Diplomacia cultural como promoção da interculturalidade**. Edição Quadrimestral. v. 6, n. 3, 2017.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OBAMA, Barack. [Vídeo] **Barack Obama diz que Lula 'é o cara' em reunião do G20** (15 mai. 2017, 47s). Lula pelo Brasil. YouTube, 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=kttL\\_\\_bFb44](https://www.youtube.com/watch?v=kttL__bFb44)>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PATRIOTA, Antonio Aguiar. **Haiti: Desafios e oportunidades no pós- terremoto**. Repositório do Conhecimento do IPEA, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4727>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PEDRO FELIÚ. **Aula 3. Atores Domésticos e a Política Externa Brasileira**: o Itamaraty. FLP0437 – Política Externa Brasileira .Instituto de Relações Internacionais USP. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=240306>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt; FAUSTINO, Raphael Brito; SILVA, Leonardo Oliveira da. **Impactos econômicos de megaeventos esportivos**. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2014.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR. DO BRASIL. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. N. 92. 1º semestre de 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>. Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 93. 2º semestre de 2003.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 94. 1º semestre de 2004.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 95. 2º semestre de 2004.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 96. 1º semestre de 2005.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 97. 2º semestre de 2005.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 98. 1º semestre de 2006.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 99. 2º semestre de 2006.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 100. 1º semestre de 2007.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 101. 2º semestre de 2007.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 102. 1º semestre de 2008.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 103. 2º semestre de 2008.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** N. 104. 1º semestre de 2009.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. N. 105. 2º semestre de 2009.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. N. 106. 1º semestre de 2010.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. N. 107. 2º semestre de 2010.  
Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>>.  
Acesso em: 25 out. 2019.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**.  
Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SADDIKI, Said. **El Papel de la Diplomacia Cultural en las Relaciones Internacionales**.  
Revista CIDOB d'afers internacionals, p. 107-118, 2009.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos**. **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 56, n. 1. p. 40-59, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes. **A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas**. **Mural Internacional**, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES, Maria Susana Arrosa; INTERNACIONAIS-UFRGS, PPg Relações. **O Ano da França no Brasil: a importância da Diplomacia Cultural**. FISCHER-BOLLIN, Peter. Anuário Brasil-Europa, 2009.

SILVA, Lula da. [Vídeo] **Sem política não existe economia, diz Lula em entrevista exclusiva ao GGN** (28 set. 2019, 1h48m35s). TV GGN. YouTube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MsiSfnNSx5U>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Sobre a Unila**. Site Oficial da UNILA. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/UFRGS. Rio Grande do Sul, 2008.

WENDT, A. **Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics**. *International Organization*, v. 46, n. 2 (Spring, 1992).